

RELATORIO

apresentado ao Delegado Regional do Serviço Nacional

— de —

Recenseamento no Estado do Espírito Santo, Snr.

Armando Duarte Rabello, pelo Delegado Seccional da

1.ª Região, Snr.

JOÃO DIAS COLLARES JUNIOR,

aos 8 de Setembro de 1941



4316
702
521

Acuse. re o recu-
rento. Archive de

6/11/41

very very.

E5

353.062

E772

1941

Exmo. Sr. Delegado Regional do Serviço
Nacional do Recenseamento.

Cumprindo o que dispõe o nº 14 do art. 61 do
Dec-Lei nº 2.141, de 15 de abril de 1940, venho apresentar a V.
Excia. o relatório geral das minhas atividades como Delegado Sec-
cional da 1a. Região, cargo com que V. Excia. me honrou e no
exercício do qual empreguei o melhor dos meus esforços e o máxi-
mo das minhas energias. Fí-lo, porém, não só pelo dever de cor-
responder à confiança de V. Excia., mas, sobretudo, para servir
ao Espírito Santo, em cujo pensamento nos encontramos com o mes-
mo ardor e os mesmos entusiasmos.

ESBOÇO DA OBRA REALIZADA.

O Espírito Santo não era com efeito dos Esta-
dos do Brasil que apresentavam maiores dificuldades à obra que
íamos empreender, pois outras unidades federativas existem na
verdade com população muito mais rarefeita, subsistindo, ao la-
do desta circunstância, problemas outros que se lhe interessam,
agravando-lhes a solução.

Isto, entretanto, não poderá de modo algum con-
correr para subestimar-se a obra aqui empreendida.- Como a maior
parte dos Estados do Brasil, tem igualmente o Espírito Santo uma
população ganglionar, esparsa e profundamente ingênua no tocante
aos problemas fundamentais do país, e, de modo particular, no
tocante às suas próprias necessidades e ao seu próprio destino.
Este desconhecimento do quadro político nacional, esse alheiamen-
to das nossas questões mais comensais, dão-nos a impressão do-
lorosa de uma família que não sabe como irá manter-se no dia se-
guinte e, apesar disso, descansa tranquila e feliz sobre esse
futuro, como se um fato de tal gravidade fosse coisa absoluta-

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA
BIBLI. A EMBAIXADOR MINISTRO SOARES
N. DATA

8881

8881

ES

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
Nº	DATA
6458	10.09.91

absolutamente normal, cujo ritmo pudesse prosseguir sua marcha, sem intermitências nem modificações.

De modo geral, pouco se lê no interior espírito-santense. É alarmante essa indiferença pelo livro e pelo jornal, porque dela resulta, concomitantemente, a ignorância dos meios ordinários de melhoria das condições de vida local, atuando no desenvolvimento do indivíduo e, em consequência, no grupo de que ele faz parte.

A meu ver, duas circunstâncias predominam para que se mantenham as populações do interior nessa apatia tão prejudicial ao ritmo da nossa civilização: o desinteresse dos chefes locais, notadamente dos prefeitos, para que nos seus municípios logre frutificar uma imprensa própria, que pouco a pouco vá constituindo hábito das populações, e o pauperismo avassalador do brasileiro, especialmente do caboclo brasileiro.

Faltam assim a estas pequenas sociedades, cuja estrutura é já de si mesma às vezes bastante heterogênea e complexa, meios adequados para melhor se conhecerem e se analisarem, ignorando-se de um município para outro, os processos racionais de certas culturas, a variedade e o desenvolvimento da produção, a expansão econômica desses núcleos e os meios empregados para atingí-la. À primeira vista, parece que daí não advém grande mal à comunhão pelo isolamento destes pequenos núcleos sociais que não se conhecem, não se visitam e não articulam entre si os meios de prosperarem. Mas, na realidade, quer política, quer economicamente, esse isolamento só poderá concorrer para agravar os problemas governamentais; dele resulta, de um lado, o marasmo absoluto da iniciativa individual, esperando toda gente que do governo venham, como por efeito de milagre, as providências mais rudimentares; de outro, vamos retardando a marcha do nosso desenvolvimento econômico, social e político,

que a Constituição de 37 sábiamente prevê, criando os meios de socialização do trabalho, que só poderá ser praticada quando precedê-la o intercâmbio dos indivíduos agrupados na célula primordial do sistema, que é o município.

Não preconizo aqui a velha tése da autonomia indeclinável dos municípios, porque a essa autonomia, por ter sido mal compreendida e mal aplicada, é que devemos o acêrvo enorme de êrros que o Estado Novo vai pouco a pouco corrigindo. A prática das autonomias, municipal ou estadual, implica o conhecimento e a lisura do sistema democrático. Mas nenhum sistema democrático poudé erigir-se onde não se havia preparado convenientemente o povo para o seu exercício, pois que no equilíbrio das relações entre o Estado e o indivíduo é que reside a sua força e assenta o seu prestígio. Logo, haveremos de chegar, exatamente, a uma conclusão inteiramente diversa: - as prefeituras deverão constituir, antes de mais nada, função de confiança dos governos estaduais, com programas idênticos, interesses idênticos, aspirações idênticas. Já não se concebe, no Estado Moderno e particularmente no nosso país, que o prefeito de determinado município ponha de lado os interesses fundamentais da sua região, invocando as obrigações peculiares do Estado, ou de sua jurisdição especial, para realizar, fóra do plano em que deve estar colocado o bem-estar coletivo, atividade diferente da que é exigida pela comunidade.

Para virmos a realizar o que prevê o art. 140 da Constituição vigente, por exemplo, que visa organizar em corporações a economia da produção, é indispensável, como medida preliminar, disciplinarmos o trabalho, articulando-lhe todos os elementos de ação, inteligência e especialização. Se tais elementos não existem, ou se persiste a rotina prejudicando o interesse individual e asfixiando o do município ou do Estado, é lógico que compete a êstes afastarem os empecilhos porventura

ocorrentes, para criarem as fontes de riqueza malbaratadas pela ignorância ou perdidias pela inércia.

Ademais, a Constituição de 37, ao criar o Conselho de Economia Nacional, não lhe deu função meramente decorativa na coordenação geral dos órgãos de produção: ao revés, no seu art. 61, prevê, em detalhes de profunda agudeza política, os meios adequados a uma nova ordem econômica, capaz de concorrer, por sua regular execução, para arrancar-nos dêsse pauperismo que é, em essência, a causa do desequilíbrio alarmante que se verifica entre as populações citadinas e as que trabalham a terra, na rudeza agreste dos campos.

É necessário ter-se isenção de ânimo bastante para falar-se com a necessária clareza quando estão em jogo os superiores interesses da Nação. A dificuldade, às vezes, no atingir-se ao ápice de uma montanha, cujo dorso nú afronta a coragem e a inteligência do homem, está no apêgo aos processos já conhecidos para fazer-se a escalada. Desde, porém, que se conseguiu vencer o obstáculo que parecia invencível, seria menos para lamentar-se não se haver atingido o ápice, a tê-lo conseguido sem tirar todo proveito que as circunstâncias em tais casos apontam e aconselham.

O Estado Novo foi esta escalada providencial, que um grande Chefe está conduzindo para a felicidade do Brasil. É indispensável, entretanto, que nos diversos planos da administração, todo homem que tem uma parcela de comando abandone todas as diferenças ou prejuízos que lhe advenham do passado, para integrar-se na idéia nova, como um catecúmeno que nem discute a filosofia do mestre nem perde tempo em olhar para os lados à procura de atalhos ou encurtamento de distâncias.

A idéia corporativa foi a coluna básica do nosso estatuto político adotado em 37, nos domínios da economia nacional. Aliás êsse ponto de vista é conhecido do país quer

através da palavra do presidente Getúlio Vargas quer através do seu ilustre ministro da Justiça, que não precisou apenas a exé-gese constitucional ao traçar as diretrizes da nova ordem, mas avançou para o futuro, esboçando o aspecto mudável e suscetível de evolução daquele princípio. "O moderno Estado corporativo, disse o ministro, não é uma criação artificial, feita de acôrdo com postulados apriorísticos. O seu desenvolvimento prossegue segundo as diretrizes de um processo evolutivo, determinado pelas realidades econômicas e sociais. Assim acontecerá no caso brasileiro."

Mas para que assim aconteça no caso brasileiro, é indispensável que se enfrente com energia e estoicismo a ignorância popular, como no México, para então se alcançarem os benefícios da compreensão, através da palavra falada e escrita.

De uma massa absolutamente ignorante, da qual uma parcela apenas conseguiu desasnar-se nas primeiras letras, porém que, ao deixar a escola, deixou automaticamente qualquer espécie de contato com o livro, nada se obterá nem mesmo que se defenda, e aos seus, das endemias de que muitas vezes padecem, porque nem a morada sabem situar: vão colocá-la à beira dos brejais, quando, distanciando-se um pouco, teriam evitado o inimigo, que por sua excessiva ignorância, buscam.

Vê-se desde logo que não aproveita qualquer outra orientação que não esteja circunscrita a melhorar a condição do homem criando-lhe uma noção de dignidade compatível com o seu papel social. Isolado dentro do seu país, amesquinado na sua pobreza física e econômica, sem compreender o esforço que em derredor d'ele se realiza para suavizar-lhe a hostilidade ambiente, sem meios para trabalhar a terra, sem o estímulo do afeto ao rincão onde nasceu e onde vive, porque nada se criou no seu espírito que o prenda ao seu meio e lhe desenvolva as faculdades

de adaptação, o homem do interior tem uma noção tão vaga da coisa pública, como o aborígene, nos aldeamentos, da civilização que até êle chegou apenas através dos instrumentos rudimentares de trabalho.

Esta afirmativa não provém de uma deformação visual nem de qualquer excesso decorativo de linguagem. Quem quer que entre em contato com a maior parte das nossas populações campestres, sente a enorme diferença que subsiste na solução dos nossos problemas fundamentais, e, se não fôr um demolidor, que se compraz no infortúnio dos nossos patrícios por que ali está a esperança de sua ascensão futura, há de compreender que já não devemos mais retardar os meios de executarmos uma política que perde o seu sentido humano, para adquirir a consistência e a estrutura que a própria soberania exige.

Nenhum povo no mundo logrou classificar-se de modo diverso. Nenhuma civilização se formou apoiada na ignorância popular, exatamente porque ignorância é sociologicamente sinônimo de indiferença, e ninguém jámais conseguiu mover um corpo social indiferente, nem mesmo ameaçado na perda do maior bem humano, que é a liberdade. Liberdade no direito de viver, liberdade no direito de procriar, na faculdade de sentir e de amar, de amar sobretudo a terra da Pátria. Sem êste bem supremo, o patíbulo é um presente divino. Podemos, pois, deixar que se perca êsse material humano, que é nosso, que é sobretudo o melhor, porque é a seiva da árvore e não a casca?

CRÍTICA CONSTRUTIVA.

A forma mais eloquente de amar é a de sofrer. Sem sofrimento não há amor. Christo é a síntese dêsse pressuposto, que devia ser, politicamente, o caminho de todos os iluminados. Não é aquí o sofrimento brutalizado pela miséria,

que amesquinha o homem e lhe tira a expressão divina da inteligência e, elevado ao paroxismo, do próprio sentimento. É o sofrimento pelo poder de apreensão, pela intercorrência dos afetos, pela sensibilidade, e, envolvendo todas essas filigranas, dominando-as e sublimando-as, o sofrimento pela desventura dos nossos compatriotas, em cujo reflexo sentimos a própria Pátria, por cujos olhos choramos, por cuja boca sorrimos. Sem esse sofrimento é que não pôde haver amor. E através desse amor é que se realizou o milagre de alguns povos chegarem a ser felizes, posto fosse tão fugaz esse prêmio dos deuses que mal lhe conservamos a lembrança. Ao lado dessas preocupações, que chegam a parecer, a certos espíritos obcecados pelo egoísmo, puramente sentimentais, ocorre o dever precípua da salvaguarda do nosso patrimônio, que deve estar entregue a quem possua senso de responsabilidade capaz de arrestar com os perigos morais e materiais que por desgraça tenhamos de enfrentar.

E quais são as consequências imediatas da penúria dos nossos patrícios, da incúria em que permanecem e do insulamento que suportam, para além das cidades e das vilas? É a propriedade desorganizada. É o espírito de aventura dos mais espertos, destruindo as nossas reservas florestais, despindo a terra para largá-la depois ao abandono, desvalorizada e empobrecida, sem haver possibilitado uma indústria ou beneficiado por outro meio qualquer aquele pequeno grupo social que foi assim inutilmente explorado. É o desinterêsse pela sorte da família, concorrendo para a desagregação social e política que as grandes cidades dia a dia mais aprofundam, pela atração irresistível dos prazeres e sobretudo pela ação solérte, contínua, disfarçada e tenaz do estrangeiro, que nos espreita, que nos vigia, e espera pacientemente um destes momentos de deliquio, ou de desespero, que às vezes acometem os povos, para levá-los à ruína ou à dissolução. É o retalhamento das pequenas propriedades, que não che-

chegaram a ser legitimadas, para processarem-se inventários monstruosos de que resulta, na maior parte dos casos, a expulsão dos pioneiros daquela gleba, ocupada há lustros, que ali edificaram a casa, que ali fizeram seu pequeno cafésal, o pasto, e onde, longe das vistas do poder público, muitas vezes as circunstâncias concorreram para quebrar-lhes resistências indômitas, enfraquecidas por toda sôrte de dificuldades, desde o nascimento do filho, ao desamparo de qualquer assistência, como sóg acontecer aos animais no campo, até o aproveitamento das colheitas, que a terra prodiga lhes dá. Esse mal da justiça é uma calamidade muito pior que a saúva, que o isolamento, que o desconforto, que a falta de transporte. Se a terra foi apossada, inventariam - se as benfeitorias, e os selos, as custas e os editais chegam a tal altura que a execução é invariavelmente a última fase do espólio. Se é própria, e não ocorreu um certo sentido de providência ao dono da terra, como geralmente acontece ao nativo, ainda é a execução quem liquida aquele patrimônio honrado, dividindo a família, levando-a ao infortúnio e aumentando assim a coôrte de miseráveis. Ainda é para perguntar-se, nestes casos.- Quem é que responde por essa incúria; por essa indiferença pela própria sorte; por êsse desamor à terra? É o fatalismo da ignorância, que não só elimina todos os estímulos, como ainda vai fazendo êsse exército de indiferentes, que não lutam pelo bem-estar próprio, e, admitindo que isto seja uma quiméra, não chegam sequer a defender o direito de ocupar o que é seu, porque não adquiriram a consciência da propriedade. Essa mobilidade ficou demonstrada à sociedade e não é mais possível admitir-se que tais argumentos sejam meras conjecturas ou simples ficção.

O sistema agrário alemão vai ao ponto de dar garantias assecuratórias do direito do filho quando êste sucede ao pai no trato da terra, ainda que desta tenha sido o de-cujus apenas foreiro. E expropria-a, quando o proprietário

se recusa obstinadamente a explorar convenientemente suas terras, a cultivá-las por processos racionais previstos pelo Estado, de modo a lhes aumentar o rendimento e o valor aquisitivo. Esta expropriação se realiza em benefício dos mais capazes, porém mesmo assim mediante uma indenização justa reconhecida pelo Estado.

A Inglaterra, apesar da exiguidade territorial de suas Ilhas, cujo sólo é ainda em parte inaproveitável, conseguiu aumentar consideravelmente sua produção mesmo com a desvantagem de ser alí a terra privilégio dos nobres, procurando dotar as populações campestres de elementos mais razoáveis de vida, começando por dar ao camponês um sistema de ensino sólido e adequado às atividades agrícolas, por meio de escolas providas de todos os elementos apropriados a demonstrações teóricas e práticas, graças a cujo método pôde, sem dúvida, dentro da proporcionalidade do seu território, obter melhor contribuição para os dias tormentosos de hoje. O Japão é um milagre da escola, da disciplina e da coesão do trabalho. Antes, porém, de pôr em prática, com tanto êxito, a divisão do trabalho, a escola profissional havia preparado a nação para suportar o esforço que hoje realiza, talvez o maior, entre as demais nações do globo, devido à insuficiência de sua estruturação econômica, subordinada, como a Inglaterra, à dependência de zonas de influência do império nipônico. Maior do que todos, porém, é o êxito do México, porque está no testemunho contemporâneo e que se realizou alí de notável em assunto de educação popular.

Antes de mais nada somos um país de matérias primas e é ainda no trato da terra que podemos encontrar possibilidades para a nossa expansão econômica, dando ao Estado maior consistência e orientando mais convenientemente os destinos dos nossos compatriotas. Sem dar a esta afirmação caráter dogmático, que não se enquadra no espírito desta exposição, somos de parecer que esta questão encerra todos os demais problemas que nos angus-

angustiam, porque, após a sua solução, melhoraremos os orçamentos da República, e, concomitantemente, poderemos enfrentar com decisão os grandes temas da administração, relacionados com a circulação interna. Dentro desta tese está circunscrita a própria defesa do país, ligada visceralmente à grande indústria, que jamais deixou de apoiar-se no capital particular ou no capital do Estado.

O fato geográfico da dispersão é na verdade a razão fundamental da ocorrência desse processo involutivo da nossa economia, que a precariedade da propriedade territorial representa, com as suas lamentáveis consequências de ordem social. No Estado liberal, a solução planejada seria certamente um esforço inútil. Mas no Brasil atual, na democracia autoritária que o Estado Novo instituiu e tantos e tão largos benefícios já produziu, em tão curto espaço de tempo, a execução do problema chega a ser sedutora, pelas perspectivas que apresenta aos homens que desejam servir sinceramente à sua Pátria.

MEIOS DE COERÇÃO E DE COLABORAÇÃO.

Evidentemente, um programa administrativo exige muitos executores, não é atribuição para uma dezena de homens. Aos prefeitos, nos Estados, é que irá caber a tarefa de impulsionar o problema educacional, que é ao mesmo tempo uma solução econômica. Seria necessário para isso revolucionar os velhos processos adotados até agora, dando-se orientação inteiramente nova às praxes administrativas. As prefeituras assumiriam automaticamente o controle do ensino primário, respondendo pela sua fiscalização, e, além da fiscalização, pela distribuição criteriosa, eficiente e proveitosa das unidades escolares, limitando-se a Secretaria da Educação a manter assíduo contato com os chefes de executivo municipal, acatando todas as sugestões apresentadas

e justificadas pelo Prefeito, quanto ao mérito funcional do professorado do seu município e todas as demais necessidades supervenientes que ocorressem. É lógico que continuaria com o Estado o encargo financeiro, como atualmente, promovendo-se o máximo de esforço para que tal rubrica jamais sofresse restrições.

A responsabilidade do Prefeito perante o Estado ficaria enquadrada no nº 17 do art. 122 da Constituição vigente. Ao professorado assistiria o direito de representar contra qualquer deliberação do Prefeito que tivesse objetivo de ordem pessoal, direto ou indireto, mediato ou imediato. As professoras casadas, que tivessem mais de dois filhos, teriam preferência para as cidades e vilas quando concorressem em igualdade de condições com a professora solteira, salvo quando as conveniências do magistério se juntassem às de ordem pessoal, que deveriam então ser observadas, em caráter de prêmio, enquanto o funcionário bem servisse.

As prefeituras tomariam o novo encargo e o desempenhariam com ardor cívico, reunindo preliminarmente o professorado, expondo-lhe os objetivos da nação e o espírito de sacrifício que de cada qual esperaria o poder público. Para cooperar na campanha, em cada sede municipal o Prefeito daria a colaboração da própria esposa na organização de um curso de adaptação agrícola, em que ao currículo primário se ajuntariam noções gerais de agricultura, dando-se no fim do exercício ao governo do Estado a indicação dos alunos mais hábeis para que recebessem em qualquer escola de agronomia do país, à custa dos cofres públicos, um ano de noções elementares, ampliando-lhes o conhecimento da terra e do aproveitamento racional das colheitas.

Para esse curso que os Prefeitos seriam obrigados a fundar e assistir, deveriam ser convidadas a nele cooperar as senhoras de posição destacada na localidade, cujos maridos fossem beneficiários de função relevante. Assim, a esposa do

juiz de Direito, do promotor público, do juiz substituto, dos altos funcionários da Prefeitura, seriam todas conclamadas a vir ajudar o Estado na obra de reerguimento educacional do país, para a qual, aliás, a primeira dama brasileira vem denodadamente contribuindo.

Já é tempo de se chamar a mulher brasileira para uma cruzada de projeção genuinamente nacional, em que se terá de começar a ver com olhar mais penetrante o futuro da nacionalidade. O Brasil precisa de mães, e para que haja mães é necessário que preliminarmente façamos o homem. No México a cruzada educacional teve raízes muito mais profundas e exigiu uma larga soma de sacrifício, de tenacidade, de divulgação e de coragem. Não é de índio que vamos fazer cidadãos. E sim de brasileiros esquecidos para quem a fatalidade geográfica, sendo para nós uma grandeza, é para eles o túmulo da coragem, da abnegação e do amor.

Não era, aliás, para estranhar-se que aos Prefeitos se desse a atribuição aqui sugerida. "ustentando os postulados da Constituição de 37, na parte relativa aos "Direitos e Garantias Individuais", o ministro Francisco Campos afirmou que "os novos direitos constituem, por assim dizer, a substância da declaração constitucional de direitos. Não se trata mais de uma declaração negativa da liberdade, a qual não dava outro direito ao indivíduo, senão o de não ser incomodado pelo Estado. O indivíduo tem direito a serviços e bens e o Estado o dever de assegurar, garantir e promover o gozo desses serviços e desses bens.

O direito à atividade criadora, o direito ao trabalho, o direito a um padrão razoável de vida, o direito à segurança contra os azares e os infortúnios da vida - o desemprego, o acidente, a doença, a velhice, o direito a condições de vida sã, criando ao Estado o dever de administrar a higiene pública, e, sobre todos, o direito à educação, sem cujo exercício não

é possível tornar acessível a todos o gozo dos demais bens da civilização e da cultura. O direito à educação é, assim, o mais importante dos direitos, particularmente pelo conceito que a Constituição lhe atribue, não a considerando apenas como simples instrumento para um melhor gozo da vida, senão como meio de dar à vida um sentido e um fim, orientação e direção a todas as atividades sociais."

Não se faria mais, pois, que interpretar e aplicar a letra da Constituição. Quem não quizesse acompanhar o curso das novas idéias ficasse pelo caminho. Uma nação se exprime pelo valor dos seus homens, pelo culto dos seus princípios, pela tenacidade com que se apresenta na conquista da civilização. Faltando-lhe tais qualidades, o direito de sobreviver passa a ser um presente dos deuses, ao invés de ser tarefa sublime de pioneiros.

Nunca poudes a nação falar com tanta segurança como agora. Estamos diante de uma batalha cujos resultados foram previstos por alguns generais, mas da qual não se tinha ainda a segurança do seu desenvolvimento. Ensarilhadas as armas, todos os ensaios teóricos foram esmagados pelos fatos. O Brasil, hoje, está dentro da história de alguns milhares de boletins demográficos. É o doente, de vísceras abertas, diante do cirurgião que o vai escalar. Se, para ajudar a cura, a democracia autoritária precisa ir mais longe ainda, haveremos de convir que nenhum sacrifício tem expressão diante da magestade dos supremos interesses da Pátria. "Cortar na própria carne", para usarmos a expressão do nosso grande presidente, será um dever indeclinável de todos os brasileiros de responsabilidade, porque destes é que depende, e não da massa, o conjunto de medidas de exceção que o país porventura vier a exigir.

Um dos grandes males do liberalismo democrático extinto em 37, era sem dúvida a dispersão de vontades,

a contradição das idéias e das tendências políticas, a ausência de uma concentração de forças em favor de determinadas aspirações populares, criando-se dentro delas um espírito de crítica impenitente, começando na família, através da esposa, do filho, do amigo, em suma, dos próprios interessados pela vitória da idéia. O funcionário público, a quem o governo atribuiu uma tarefa delicada, numa demonstração de confiança à capacidade e lealdade do indivíduo, não encontra no lar uma coordenação correspondente àquela manifestação. Num exame superficial parece que esse espírito de controvérsia permanente não afeta o sistema, mas é um erro. A idéia deve ser absorvente, dominadora, contagiosa. No lar onde tudo se censura, onde a mulher, com o seu privilégio de diretora espiritual da prole, não é solidária com o seu marido, que se beneficia com uma função pública e com cujos proventos assegura-lhe o bem-estar, evidentemente esse desacordo há de gerar a indisciplina e, correlativamente, todos os males dela advindos. Não é o pensamento de subserviência, abominável e desprezível, que invocamos aqui. É o pensamento de Pátria, a vocação de servi-la, toda e qualquer contribuição que vier engrandecê-la. Nisto é que a solidariedade, a cooperação, o entendimento, devem andar de mãos dadas dentro da família. Para esse mistér é que a mulher deve ser chamada e haveremos de convir que essa iniciativa nem é fóra de tempo, nem fóra de propósito. Aos prefeitos dos municípios brasileiros estará confiada essa missão de alevantado civismo, que o Estado Novo não poudo corrigir ainda porque ela está igualmente no domínio educacional. O cristianismo venceu dois milênios, e nos dá, mesmo neste momento, o exemplo da sua unidade, porque entronizou-se no coração da mulher. Nenhuma força o aluirá, nenhuma prepotência no mundo será capaz de esmagá-lo. A mulher, sòzinha e sem armas, sustentá-o. É preciso, pois, invocar-lhe esse instinto, com carinho, com amor, com persuasão. Se lhe penetrarmos nesta célula nobre

e augusta, em cada município veremos a mulher brasileira amalgamando divergências, sufocando egoísmos, abrandando e diluindo incompatibilidades, caravaneira de um Brasil novo que em breve se edificará, a cuja glória renovadora iremos assistir com o entusiasmo exultante de uma verdadeira ressurreição.

CONTROLE FISCALIZADOR.

PLANO QUINQUENAL DE EDUCAÇÃO.

Seria natural que, acrescentando-se às funções normais do Prefeito, a de chefe e orientador do ensino primário no seu município, com esse caráter excepcional de campanha cívica, que não poderia portanto sofrer intermitências, exercesse o governo federal uma severa vigilância que tomaria ao mesmo tempo a forma de fiscalização orientadora.

É sabido, através da experiência do passado, que toda decisão que se ache vinculada ao espírito incerto, hesitante e dúbio de quem está autorizado a exercê-la, levará fatalmente ao fracasso as mais sábias iniciativas. Assim, pois, tornar-se-ia imprescindente essa vigilância, que não iria diretamente ao governo federal, sem que da sua atuação fossem previamente informados os governos estaduais. Era, pois, uma colaboração preciosa, a ser exercida por um grupo de homens que tivessem a paixão do regime, para, sob essa inspiração superior, assumirem o papel de diretores espirituais da campanha. Para isto, cada Estado se dividiria em tantas regiões quantas necessárias, a exemplo do Serviço Nacional de Recenseamento.

É possível que ainda um certo número de vézes se levantasse contra tal orientação, em nome dessa absurda utopia que se denomina autonomia municipal. Os espíritos libertos dos preconceitos que a poeira de um passado ainda recente procura às vezes reivindicar, compreenderiam desde logo que,

sem uniformidade em deliberação de tal vulto, não se poderia collimar o fim almejado.

Toda condição de sucesso na execução de uma obra caracteristicamente cívica, exige homens de fé, homens de ação, homens de comando. Este seria o único critério possível para se obterem as consequências desejadas.

Estou firmemente convencido de que, proscrevendo-se essas ficções ideológicas em benefício de maior serviço à Pátria, lograria no êxito a nação em cinco anos tanto quanto obteve em todo período republicano. O plano quinquenal de educação abriria ao Brasil as portas de uma ascensão definitiva no conceito das nações americanas. No meio das tempestades que se desencadeiam lá fóra e das quais o rumor se aproxima dos nossos ouvidos, no meio das paixões que tumultuam o coração humano, nêsse crepitar de ódios que tomam o aspeto ciclópico de vulcões, só pôde haver um pensamento criador, uma obstinação, uma réta em cuja esteira devem estar fitos todos os olhos, - a Pátria.- Colocando-me dentro dessa mirágem, sinto que seria possível trazer-se o brasileiro do hinterland para o convívio da civilização, transmitindo-lhe meios e normas compatíveis com a dignidade de viver, possibilitando-lhe a faculdade de exercer a função biológica a que está destinado, sem que isto constitua um impulso irreprimível do instinto, marcando com o infortúnio a larva humana que devia ser a glória do procriador e a esperança transbordante da raça.

O ASPETO SOCIAL DOS CENSOS ECONOMICOS NA 1a. REGIÃO.

No Espírito Santo distinguem-se claramente duas correntes de evolução: - a praleira, e a central, desde que não possuimos um território cuja profundidade permita denominação diferente.

A região praieira vai ficando pouco a pouco deserta. A queda de população observada em todos os municípios do litoral é a consequência da devastação das matas, êrro secular no qual incorremos dando lugar a que os melhores tipos do ponto de vista eugênico, que habitam a região, troquem os seus campos já empobrecidos de húmus pelas terras virgens e soberbas do vale do Rio Dôce ou de São Mateus, sujeitando-se embóra aos riscos a que se expõem nesse embate contra as ciladas do clima e as próprias condições inóspitas da natureza.

É, pois, do ponto de vista sociológico, perfeitamente justificável que o nosso comércio do interior se aprese com essa heterogeneidade alarmante, adquirindo, em muitos casos, um caráter tão vivo e tão pronunciado de aventura, que transluz ao exame da mais superficial investigação.

Essa caracterização é que assinala, ao menor desequilíbrio de preço do nosso produto principal - o café, as altas e baixas a que estão sujeitos os orçamentos municipais, onde as rubricas não oferecem verdadeira segurança na marcha ascensional da arrecadação, pelo flúxo e reflúxo das migrações observadas.

CAPITAIS EM GIRO.

É este um capítulo que deveria merecer atenção especial do poder público, ao legislar sobre a matéria. Num país como o nosso, sem especialização técnica, onde uma grande massa não pode nortear as suas atividades nem dar possível conformidade ao seu destino, é recurso dos mais astutos procurarem na tróca, mesmo sob um caráter verdadeiramente rudimentar, meios de escapar à rudeza dos trabalhos braçais, única habilidade de que são capazes.

O benefício que daí decorre para o Estado, economicamente, é quase nulo, sendo, ao revés, do ponto de vista

social enormemente prejudicial à comunidade. Esse prejuízo está no comércio abusivo do álcool, negociado na maior parte dos casos clandestinamente. Na disseminação da malandragem, especialmente nas zonas limítrofes das cidades e vilas, onde o foot-ball é a única manifestação viril da mocidade, na qual não se encontra geralmente um artífice. Na transgressão da moralidade dos costumes, pela permissão de licenciosidades que vão desde ceder vencendo as resistências de crianças que, ao serem mulheres, já não podem mais ser aproveitadas para o lar. Na prática de certos delitos, como a compra de pequenos furtos - da horta alheia, do quintal alheio, do pomar alheio. Tudo isso, acumulado, reproduzido, e sobretudo continuado, representa, para o Estado, um acervo negativo de proporções maiores do que parece.

Há duas espécies de comerciantes com capital declarado inferior a cinco contos de réis. A dos que reduzem o capital para lesar o fisco, e a dos que não chegam a ter capital nenhum, porque todo o ativo não passa de algumas centenas de mil réis.

É impressionante a frieza, a indiferença, o desprezo da maior parte do comércio do interior pelo respeito às sanções fiscais. Toda vez que se trata de firma individual, se estrangeira principalmente, o capital declarado é não raro inferior ou igual a cinco contos. O acervo da firma, a olho nú, independentemente de qualquer investigação, vai a dezenas de contos: - a casa onde funciona o estabelecimento comercial, o armazem, a tropa, a colônia, a máquina de café, tudo aquilo está incorporado ao negócio, representa a compensação do trabalho e das economias acumuladas, e o capital continua o mesmo declarado inicialmente - três ou quatro contos de réis. A distribuição das férias é coisa tão irrisória, que se tem quase segurança de que ninguém as examina, e, se examina, tem razões particulares para não ver. Casos houve, submetidos ao nosso exame, que as

férias distribuídas deveriam corresponder à despesa da família, mesmo assim sujeita às restrições habituais da vida no interior. Em geral, as firmas brasileiras não reincidentem tanto nessa arte engenhosa de burlar. Quando se trata de firma brasileira com um capital declarado de quinhentos mil réis, desgraçadamente esse capital está certo na maior parte das vezes. Se se trata de firma estrangeira, a mistificação é, também, quase sempre, certa.

Ainda em tais circunstâncias, o brasileiro perde para o estrangeiro arrivista, o ignorante, não raro analfabeto, que leva apenas sobre o terrantês a vantagem de não trazer escrúpulos pessoais nem temer a ação penal do país que explora. Em geral o estrangeiro chega ao Brasil sob a proteção de um parente, ou de um amigo, que conhece as leis nacionais e a arte de fraudá-las. Ao invés de ser um braço destinado aos nossos campos, é o explorador que nos vem ludibriar, mal aprende uma dúzia de frases com que se exprimir, para comprar, berganhar ou vender.

Na aplicação da lei penal, a proteção social é sempre a idéia dominante.- Logo, ela é instituída contra a imoralidade, para salvaguarda do direito comum. Isto em se tratando dos interesses gerais dos cidadãos, sem se atender a condições peculiares de determinados indivíduos. No caso em apreço, a intromissão do estrangeiro nas atividades comerciais do país, sem que ele para aqui tenha transferido capitais que o habilitem ao seu exercício, representa dois prejuízos - de ordem moral e de ordem social.

De ordem moral, porque essa proteção é um esbulho ao nacional, amesquinhado numa concorrência que afeta seus interesses legítimos, colocando-o em posição de inferioridade dentro de sua própria casa, submetendo-o ainda à humilhação de receber salários miseráveis no serviço de adventícios corruptos, que têm apenas a inteligência pronta para criar o lucro a qualquer

preço, e a coragem necessária para afrontar a lei e vencê-la por todos os meios ao seu alcance. De ordem social, porque o espetáculo de qualquer impunidade é um encorajamento constante à prática de novos crimes, e o indivíduo que encontrou meios de não cumprir a lei do país a que estava obrigado evidentemente cometeu um crime e amesquinhou as instituições sob as quais viera se abrigar.

Este comentário não é uma objurgatória, uma arremetida vasada no espírito estreito do jacobinismo. É um reparo dos fatos observados, dos quais tem aliás o governo em mãos todos os elementos para deles tirar as consequências oportunas. É tão predominante a tendência das firmas estrangeiras para a solércia e o embuste, que raro foi o boletim de firmas sérias do interior do Estado que não trouxesse escancaradas, patentes, imoralmente descobertas, a fraude e a sonegação.

No que concerne à própria disciplina administrativa é necessidade inadiável promover-se uma legislação adequada à espécie, tendo em conta principalmente uma modalidade fiscalizadora mais racional e menos complexa, por meio da qual possa o Estado exercer a função social que lhe compete, com o poder de segurança e de repressão devidamente necessárias.

No primeiro caso, toda vez que se tratasse de negócio cujo capital não excedesse a dois contos de réis, o Estado poderia, desde que lhe pertence a legislação privativa da matéria, criar um imposto fixo, pago com a aquisição dos registros, obedecendo à seguinte ordem:

a) - As licenças de porta aberta só poderiam vigorar por trinta dias dentro dos quais o comerciante seria obrigado a exhibir à fiscalização os Registros de Vendas à Vista, de Sêlos e de Compras;

b) - Tais livros pagariam, no lugar do destino, coletoria ou sub-coletoria, um sêlo fixo de 200\$000 Réis, que seria inuti-

inutilizado pela autoridade competente, coletor ou sub-coletor, escriturada esta renda em livro especial;

c) - Qualquer que fosse a época em que se fundasse o estabelecimento, a anuidade começaria da data em que a autoridade inutilizasse o selo da taxa estadual;

d) - Decorrido o ano comercial, a parte teria 30 dias para renovar a taxa sob pena de lhe ser determinado o fechamento imediato do estabelecimento;

e) - A taxa estadual seria elevada para 500\$000 Réis em todos os casos, qualquer que fosse a categoria do negócio, sempre que ela se estendesse ao comércio de bebidas alcoólicas;

f) - As coletorias e sub-coletorias seriam obrigadas a enviar à junta comercial do Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda, até 31 de Janeiro de cada ano, uma relação exata das atividades econômicas do município, com todas as modificações havidas no exercício expirante, mudança de firmas, transferências, cancelamentos, substituições, etc.

Para os demais casos é indissimulável a necessidade que tem os Estados de se articularem com o Ministério da Fazenda, no intuito de obterem do Governo Federal uma lei que incorpore compulsoriamente ao capital os bens que pertencerem à firma e não constituírem renda independente. O prejuízo que advém para o Estado é meridianamente claro, em correspondência com a sonegação do capital. O indivíduo que mencionou capital "inferior a cinco contos", como é a praxe, pôde justificar um movimento ínfimo de negócios, embora com a cumplicidade da ignorância, ou da dissídia, do funcionário fiscalizador. Se, porém, ele reunir ao acervo da firma o que nela de fato está incorporado, não se poderá verificar, na proporção anterior, a sonegação habitual.

É lógico que não nos referimos à incorporação de bens para efeito da responsabilidade comercial e civil,

porque esta subsiste. Referimo-nos à obrigatoriedade da declaração do capital, que poderia ser majorado pela autoridade competente, ex-offício, independentemente das cominações legais que para tais casos fossem estabelecidas.

Dessa providência, ainda resultaria uma fiscalização mais eficiente quanto à existência de escrita regular, exigida pelo Código Comercial e que geralmente não se pratica no interior. Daí, o prejuízo do Estado na arrecadação do selo e de emolumentos, o prejuízo do profissional, contador ou guarda-livros, que é assim preterido no exercício regular de suas funções; o prejuízo dos fornecedores, que de boa fé supõem estar transigindo com uma firma em condições normais de funcionamento e são por vezes surpreendidas com atos de incrível desonestidade - concordatas imorais, venda antecipada dos estoques, transferências, e até liquidações por incêndio; o prejuízo da nação, porque essa falta de ordem e das severas observâncias do Código Comercial para que se exerça regularmente o comércio, justifica um verdadeiro impedimento por parte do poder público na arrecadação satisfatória do imposto sobre a renda, que chega a ser motivo de pilhéria para os que o sonegam, quando, por sua finalidade precipuamente social, devia mandar à cadeia todo indivíduo que o fraudasse, de modo inexorável em se tratando de estrangeiro. Ajunte-se a tudo isso o despreço que para o nosso país representa a existência de leis cuja obrigatoriedade está prevista, da qual abdica sponte sua a própria nação, para ser ludibriada nos seus interesses e vilipendiada na magestade das suas decisões e prerrogativas. Aí temos ainda, no desenrolar de todos esses desacertos - que não são desacertos porque as leis existem, mas, apenas, omissão - a burla das leis sociais com que o espírito excepcional do grande brasileiro que nos rege os destinos dotou a nação. - Perde-se o órgão fiscalizador da administração técnica do estabelecimento comercial, que é o guarda-livros; burla-se o direito

do empregado, que igualmente se perde, pela inexistência dos elementos comprobatórios do exercício da função; subtrai-se a contribuição de empregados e empregadores para os institutos de aposentadoria; e, mais grave que todos esses danos econômicos e sociais é o erigir-se a impunidade do estrangeiro boçal, inferior nos recursos da inteligência, na educação, nos preceitos mais rudimentares da vida, para, apoiado na fraude, no suborno, nas transigências criminosas de toda espécie, tripudiar sobre a pobreza e incúria do nacional, explorando-o no trabalho, furtando-lhe a saúde e, às vezes, sacrificando-o na própria honra.

Nada disto está argumentado com vidros de aumento. O exercício do comércio investe o indivíduo de uma responsabilidade que se liga à estrutura econômica, social e política do país. Não pôde nem deve rebaixar-se a expediente servil de quem não possui outra habilidade senão a de berganhar, furtando no pêso, envenenando as mercadorias de consumo forçado para aumentar-lhes o volume, burlando o fisco, a saúde pública, o consumidor, e, de quando em vez, mais ou menos periodicamente, as praças vendedoras, por meio de concordatas que são oferecidas dentro das exigências legais, para, após a homologação, intermediários acumpliciados oferecerem dez ou quinze por cento para liquidação imediata, sob a ameaça da falência, que representa invariavelmente a perda total da habilitação creditória.

Implantar um regime de mais sévora responsabilidade é já agora uma exigência da nova ordem de coisas, para que se harmonizem assim os preceitos sociais outorgados pela Constituição de 37. Tal providência deixa de ter o caráter fiscalizador e punitivo que a lei deve assegurar, para tornar-se um instrumento de defesa social, vinculado aos outros órgãos da administração nacional.

Este capítulo tem raízes profundas na história do crime, desde o proxeneta, que burla a ação policial

vendendo gravatas e meias, até o judeu prestamista que devóra o salário do proletário e lhe encaminha as esposas e as filhas para a prostituição, entre o apóio substancial das sinagogas e o beneplácito das instituições internacionais que solertemente nos exploram a ingenuidade cabôcla, em nome de uma solidariedade, que só a elas interessa.

O PANORAMA INDUSTRIAL.

Aquí seria interessante a colaboração estrangeira. Mas, exceção da capital, onde existem duas ou três explorações industriais de alguma importância, nos demais municípios da la. Região é a indústria metalúrgica rudimentar, quase sempre exercida por brasileiros de procedência alemã ou italiana, o que se registra no domínio dessa atividade. Fóra dêsse ramo, é a indústria panificadora, ou a indústria extrativa, que apparecem em mais larga escala interessando maior número de pessoas. Nesta última classe já se encontram o sírio e o judeu, porque explorar as matas do Estado ou as que foram adquiridas por concessão, mantendo no município um capataz, com escritório de vendas na Capital Federal, é perfeitamente accessível ao cidadão gozador, hábil no lidar com as cifras e muito mais hábil ainda na arte engenhosa de fazer dinheiro.

Somos de parecer que o governo estadual ou federal deveria ter um serviço secreto de vigilância sobre suas matas, a menos que se cometesse igualmente aos prefeitos a função de intérpretes e fiscais natos das leis sociais.

Em Conceição da Barra, onde se pratica em larga escala a indústria da madeira, é acabrunhado conhecerem-se as condições de vida em que se encontra o trabalhador alí. Em estado mais precário ainda, encontraremos o trabalhador em São Mateus, onde os baixios e alagadiços provocam periódicamente sur-

surtos de paludismo verdadeiramente devastadores.

Esta a razão da grande perda de material humano, especialmente na infância, que os boletins demográficos assinalaram e cuja constatação vai ser feita na classificação de óbitos, através do Censo Social.

Alimentação deficiente e má, condições anormais de trabalho, ausência completa de quaisquer requisitos higiênicos, inclusive ausência de morada, porque a casa, dentro da cidade é um mocambo, e fóra, é uma cobertura de sapé quase inteiramente aberta, onde, ao calor do fogo, sob um girão tósco e bruto, dorme o homem que tem de ir enfrentar a mata no dia seguinte, sub-alimentado e quase nú. Este quadro, aqui apresentado tal como repetidamente o encontramos naquelas parágens, não tem o menor adôrno. Quem quizer poderá constatá-lo na sua fria e dolorosa realidade. Enquanto isso, o judeu no Rio realiza grandes e nabalescos negócios, inclusive com as próprias repartições públicas, utilizando para isso apenas o telefone e o automóvel. Desfruta um confortável apartamento em Copacabana, revigóra-se com o banho de mar e recebe as brasileirinhas pobres dos subúrbios na garçoniére discreta promovida a apêndice do escritório central. E eis o homem inteligente, o super-homem das sinagogas, para quem trabalha e produz, em todas as grandes cidades do mundo, uma boa parte do meretrício público e privado. As pranchas maçônicas se incumbem do resto.

Entretanto, nós temos no Espírito Santo, especialmente no norte do Estado, riquezas industriais de grande valor, cuja exploração constituiria esplêndida oportunidade para valorizar-se a terra e proporcionar-se ótimo salário ao trabalhador rural, com as vantagens sociais e econômicas intercorrentes, que o Estado iria usufruir.

O tucum é árvore nativa nas baixadas de São Mateus. A fibra de sua palmeira é talvez a mais resistente

de todas as congêneres, bastando observar-se seu uso generalizado entre a gente da terra, nos instrumentos e apetrechos de pesca. Tivemos oportunidade de apreciar uma rêde, tecida com a fibra do tucum, com dez anos de uso ininterrupto. Entre os amadores da pesca, é sabido que uma rêde de tecido comum não tem mais que três anos de duração, em média. Póde-se, pois, facilmente verificar quantas utilidades não estariam reservadas à industrialização da palmeira do tucum, com a vantagem do saneamento daquelas terras e do melhor aproveitamento do homem, no seu habitat.

Para os capitais que queiram ser inteligentemente aplicados e honestamente explorados, não faltam oportunidades, para experiências frustrosas, no Brasil e particularmente num Estado rico como o nosso. Mas a experiência industrial acarreta riscos de que está coberto o aventureiro que traz a segurança do negócio nos cálculos do bolso do colête. A diferença entre uma e outra é imensa.

RUMO À TERRA.

Enche-nos o coração a paisagem tranquila das zonas ocupadas pelo imigrante europeu que há cincoenta anos recebeu um pequeno pedaço de terra e alí edificou o seu lar, continuado pelo filho e hoje a caminho da terceira geração, já virtualmente brasileira.

O desbravador isolado foi pouco a pouco abatendo a mata, modestamente, parcimoniosamente. Hoje a primeira quadra, amanhã a segunda, depois a terceira. No domingo e nos dias de guarda ele geralmente se dedicou aos mistéres da família. E fez ele próprio a sua mesa de jantar, o banco, o bêrço tósco do filho. Quando a casa já está pronta, o assoalho raspado, os objetos de uso consuetudinário nos seus lugares, as paredes rebocadas e caiadas, entra aí o trabalho de adôrno da mulher. E as ja-

janelas se enchem de flores, e a horta, a pocilga improvisada, o trato das aves domésticas, tudo aquilo e mais os arranjos da casa e a cosinha, tudo é colaboração da companheira, alegre, despreocupada e feliz.

Dentro daquele colorido a criança é um presente divino. Só de quando em quando, para os suprimentos indispensáveis, as ferragens, o sal, uma ou outra semente, ele vai à vila. A mulher geralmente só o acompanha quando ele já comprou a montada e o silhão. E, aonde o estímulo ancestral não levou o neto a bater às portas das academias, à procura de uma classificação social mais elevada, transmitem-se os velhos hábitos, e na terceira geração reproduzem-se fielmente os mesmos costumes trazidos pelo europeu.

Visto de perto, analisado nos seus detalhes mais delicados, o sucesso do colono europeu é menos obra dele que da mulher. Ela é que é a abelha mestra da pequena colmeia que representa aquele minúsculo trato de terra.

Uma das cenas mais vivas e impressionantes que se me depararam no interior espírito-santense foi a observação das normas de trabalho dos colonos de procedência germânica ou italiana. Para ganhar tempo, costumava aproveitar as madrugadas nas minhas visitas aos municípios.- Que disciplina admirável pude então constatar: - ao romper do sol, toda família está desperta para o trabalho. A mulher, sozinha, colhe o leite, e o marido, só ou em companhia da prole, bate para o cafésal. Quando o sol se descobriu inteiramente, antes que nas cidades as fábricas tenham iniciado o seu labor quotidiano, o leite está fervido, todas as providências exigidas pela criação doméstica foram tomadas e às 9 horas da manhã ela manda ou leva o almoço ao pessoal do eito.- Isto concomitantemente com os deveres maternos, inclusive a amamentação, sendo como geralmente é bastante prolífico o homem do campo.

Absorvido nas minhas cogitações, cortando as escarpadas magníficas de Afonso Cláudio, resolví mandar parar o carro para assistir de perto, e melhor, o bulício da vida que em tórno de mim se agitava. E assistí a uma daquelas refeições matinais. Eram cinco os membros da família que, à sombra do cafésal, faziam o repasto costumeiro. Um homem de sessenta anos aproximadamente, com certeza o chefe da tribo - três môças e um rapaz. Quatro exemplares magníficos na corpulência, na exuberância da saúde, na excelência da robustez. Lá em baixo, a casinha toda cheia de latadas, o terreiro limpo e batido onde se faz a séca do café, o curral, o pasto, tudo a indicar que alí não havia lugar para a miséria e onde poderia o homem abençoar o filho pela manhã, satisfeito pela glória do seu destino de procriador e pioneiro.

Alí não era aquele sólo dadivoso responsável pelos destroços de energias que se perderam inútilmente, porque lhe faltaram a unidade de pensamento e de ação, a diretriz, o comando, a vontade, a cooperação, o rumo, e, sobretudo, a decisão no atingir o objetivo colimado.

Automaticamente me transportei a outras cenas a que estava acostumado. O mocambo sôbre o chão puro, às vezes devassável. O mato beirando a porta. Crianças raquíticas comidas de verminose, mulheres descalças, sujas, maltrapilhas, a bôca em frangalhos, aqueitando-se ao sól. Dentro de casa, duas panelas de barro vasias sôbre três tijolos, uma papeleta indicando o nome de um santo pendurada à parede, um pedaço de pote donde se bebe a água que faria nojo usá-la no lavar as mãos, uma esteira velha e pôdre, eis tudo. Aquele lar é que o homem encontra, ao tornar do trabalho. Alí êle tem de viver e procriar. Alí é que terá êle de realizar sua missão social, alí é que hão de se formar futuros cidadãos.

Sentí, então, que imensa é a fôrça de

coesão, pelo sangue, pela raça, pelo sentimento. Estava entre brasileiros, mas sentí uma piedade irresistível pela sorte daqueles míseros patrícios cuja memória eu recordava naquele momento, e mergulhei a alma numa angústia tão profunda como se tivesse qualquer parcela de responsabilidade em tal desventura.

Estancar essa fonte de sofrimentos e sobretudo de humilhação é dever imprescritível do Estado. O fator econômico e social é aqui mais preponderante que o fator humano. Mas, sem as diretrizes indispensáveis para a formação do indivíduo, dentro de uma preocupação orientada para o lar, tudo que se fizer será esforço baldio. São extraordinariamente tentadoras as forças dispersivas das sociedades inferiores, que não têm raízes no passado e se encontram diante das maravilhas do rádio, da eletricidade e do som. A vida tomou o aspeto de uma corrida em que cada qual quer ocupar o seu lugar, seja ele qual fôr, na persuasão de que amanhã talvez venha a ser tarde de mais.

Ao Estado incumbe refrear esse ímpeto, porque a vida humana é um segundo na eternidade da Pátria. Fazer mulheres para o lar, para o lar pobre, para o lar proletário, para o lar camponês, é tão necessário como fazer soldados. Mais necessário ainda, porque não pode haver solução de continuidade entre a seiva da árvore e o homus da terra. O destino de uma está indissoluvelmente ligado ao destino da outra.

Eis ainda um poderoso motivo para que aos prefeitos seja cometida a tarefa aqui alvitrada de se investirem da nobre função de orientadores do ensino primário, cabendo-lhes ainda o dever de iniciarem obrigatoriamente, e sem onus para o Estado, o aprendizado agrícola por meio do curso elementar que sugerimos. A esta atribuição, deve-se juntar a de responsáveis pela fiscalização e execução das leis sociais no seu município. Evidentemente, com tão larga soma de poderes, o prefeito há de ser uma criação do Estado Novo, sem outras credenciais senão

as de fidelidade e compreensão do regime, rondando-lhe permanentemente a cabeça o Tribunal de Segurança Nacional, toda vez que o objeto de interesse público tornar-se inexecutável pela sua incapacidade, negligência ou prevaricação.

Estamos convencidos de que, sob a chefia esclarecida e patriótica de um grande homem de Estado como o presidente Getúlio Vargas, em dois lustros poderemos deter a onda demolidora que ameaça vencer as instituições pela passividade. Em dois lustros, realizaremos obra de meio século. Um chefe de Estado que soube dominar todos os privilégios de predomínio do poder para se submeter aos imperativos das aspirações nacionais, um grande chefe que se sobrepôs com heroísmo, porém com benevolência paternal, a todos os surtos de indisciplina, a todas as veleidades do egoísmo malsão que por vezes fez estremecer o edifício da nacionalidade, um condutor, cuja seriedade no servir e cuja limpidez no mando confundem-se na magestade de erigir a felicidade da nação, um chefe de tão raras qualidades, como o presidente Getúlio Vargas, tem o direito de exigir que, todos os que com ele participam do poder, devem seguir-lhe os passos, maximé nessa hora incerta para o destino dos povos. Aliás, para que tenham execução proveitosa e feliz as sugestões aqui deixadas, o Espírito Santo possui o instrumento principal, que é o seu ilustre governador, cuja feição de homem público o coloca em evidente relêvo no quadro político da nação. O resto seria obra de fé, de idealismo, de entusiasmo e de convicção.

EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS.

A INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

CENSITÁRIAS.-

Foi a seguinte a ordem a que obedeceu a instalação das Comissões Censitárias Municipais: - Vitória, Espí-

Espírito Santo, Cariacica, Serra, Viana, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Itaguassú, Afonso Cláudio, Baixo Guandú, Colatina, Páu Gigante, Fundão, Domingos Martins, Guarapará, Alfredo Chaves, Santa Cruz, Conceição da Barra, São Matheus e Anchieta.

A 31 de Maio de 1940 estavam encerradas estas instalações, a que presidiu o mesmo espírito de seleção entre os cidadãos que deveriam compôr as Comissões Censitárias, a todas tendo eu pessoalmente orientado, de acôrdo com as conveniências sociais e políticas de cada município.

Observando, de perto, os mínimos detalhes de tudo que se relacionava com os fatos sociais e econômicos de cada localidade, sou de parecer que, mesmo nos municípios em que as Comissões Censitárias não deram praticamente um passo a favor da propaganda, ainda assim elas foram de evidente utilidade ao desenvolvimento dos serviços.

O estado de debilidade econômica em que ficaram os municípios com a política do café, ainda o produto básico da nossa riqueza, ocorrendo simultaneamente baixa acentuada de preços e confisco de parte da produção, deu lugar a que se criasse, entre as classes produtoras, uma indiferença quase agressiva pelos assuntos de interesse administrativo ou governamental. Dessa situação não era responsável o governo do Estado, cujas consequências também o atingiam. Evidentemente, o conhecimento no interior do Estado de que o chefe do Executivo espírito-santense sempre se bateu por uma política mais razoável no interesse comum do lavrador e da administração, temperava um pouco esse descontentamento, abrandava os mais intransigentes e possibilitava o esclarecimento, a certos respeito, da própria orientação da política cafeeira.

Sendo o recenseamento um fato político que estabelecia liames diretos, entre o governo e povo, esse tête à tête teria portanto de estar contingenciado à crítica e

só os indivíduos de respeitabilidade local poderiam mudar a direção de opiniões que nem sempre obedeceriam a objetivos de ordem verdadeiramente patriótica.

É sabido que as exacerbações de origem política acarretam nuns o ceticismo, noutros o pessimismo mórbido de que tudo está irremediavelmente perdido, e, nos mais negligentes e incapazes, o fato de lhes não haver chegado às mãos uma parcela do poder, os deixa na situação de fósseis, alheios a tudo que não esteja diretamente ligado ao seu interesse pessoal imediato. Estes são os mais detestáveis, e às vezes para eles apela o poder público na suposição de que o silêncio, não lhes tendo grangeado maior soma de incompatibilidades, irá permitir-lhes melhor possibilidade de servirem à coisa pública.

As Comissões Censitárias, portanto, atenuavam desde logo tais divergências, ampliando as responsabilidades, dando a impressão de que a colaboração pedida era imprescindível ao curso da campanha e deixando, em cada um dos cidadãos escolhidos, a esperança de que poderiam vir servir amanhã noutro setor de maior responsabilidade, para o que a distinção de agora era já um começo de classificação.

Não conhecemos, aliás, outro meio de se lidar com o povo, quando se lançam as idéias, quando se desfralda o estandarte de uma reivindicação, ou se pretende vulgarizar um princípio, uma seita, ou um grande movimento de expressão caracteristicamente nacional, ou nacionalizadora.

A esperança ludibriada é uma ofensa, mais que isto - é uma deshumanidade amarga, da qual ficarão ressaibos de fêl recordando, na ineficácia do esforço que se perdeu, a injúria do lôgro e a inanidade da humilhação. Mas a esperança alimentada na simpatia, na tolerância e nos aplausos do poder público; a esperança, refletindo-se no dia de amanhã, que se espera venha suavizar as asperezas do de hoje, é fator de ordem, é

inspiração de alegria, é manancial constante de novas energias, de novos anelos, de novas perspectivas. As Comissões Censitárias trouxeram este estímulo, e a tal ponto se desenvolveu em certos municípios, que alguns delegados teriam talvez fracassado, sem o apóio e a colaboração delas.

A meu ver, pois, através das desconfianças que pairavam de início na execução dos serviços, foram as Comissões Censitárias os primeiros nódulos de ligação entre as massas populares e os executores do Recenseamento, vencendo resistências criadas pela estreiteza do meio e ajuntando-lhes a invocação de um dever cívico de que não se tinha memória no Brasil. Nos municípios da 1a. Região, onde elas, excepcionalmente, constituíram méra encenação, ainda assim ficamos-lhes a dever essa notável cooperação - esbater os primeiros rumores da ignorância popular, pelo impedimento de ajudá-la dos que tinham autoridade para fazê-lo. Nos demais elas serviram para acender velhos entusiasmos adormecidos, cujas vibrações foram abrir outras clareiras nos recantos mais ignorados da nossa terra. Nenhuma Comissão Censitária deixou de ter, portanto, utilidade prática, em muitos casos decorrendo sua escassa contribuição do desinterêsse do delegado, que, por melhor orientado que fosse, estava contudo sujeito às restrições do meio em que vivia.

Foram, portanto, uma sábia inspiração, as Comissões Censitárias. A única tradição de cultura que subsiste no Brasil é a da oratória. A independência do Brasil formou-se ao seu calor. Sob sua égide, o segundo império, sem contestação a fase construtiva da nacionalidade, foi obra de oradores. Oradores foram igualmente os homens que fizeram a abolição e a república. E a vitória da revolução de 30 ficou assegurada desde a leitura da plataforma do candidato da Aliança Liberal na esplanada do Castelo.

Apesar de todas as desilusões que por

acaso haja sofrido, o homem é escravo das suas tendências. Há, pois, nas massas populares, o vinco dessa tradição. Recordá-la, avivá-la, para extrair dela benefícios que interessem à comunidade, é uma sutileza adequada aos que tiverem a responsabilidade do poder.

Dos vinte delegados municipais da 1.ª Região, dezesseis se pronunciaram a favor das Comissões Censitárias, três contra, e um deixou de opinar. Para supri-las, entenderam dois delegados que a instalação dos serviços censitários com a devida precedência traria benefícios mais acentuados que a fachada decorativa das Comissões. E o terceiro, afinal, considerava um aparelho inteiramente inútil. Erro de visão, erro evidente de psicologia. Nenhum dos três delegados que combateram as Comissões teria desempenhado tão a contento suas atribuições, se estas não encontrassem preparado o espírito do povo pela propaganda e sobretudo pelo conselho dos seus maiores, que, embora tivessem contra si a lei, contudo não deixariam de perturbar a boa marcha dos trabalhos se outra houvesse sido sua conduta. O argumento da precedência da instalação das delegacias municipais, será comentado no seu respectivo capítulo. Conforme ficou dito anteriormente, a 9 de Março de 1940 iniciávamos a instalação das Comissões Censitárias com o município da Capital, compondo-se esta dos seguintes cidadãos: - Tenente Coronel Arlindo Mayrity da Cunha Menezes, comandante do 3.º Batalhão de Caçadores; Capitão de Corveta Raymundo Beltrão Pontes, chefe do serviço de Portos do Estado; Dr. Mario Aristides Freire, presidente do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo; Dr. Augusto Lins, presidente da Academia Espírito-Santense de Letras; Dr. Arquimimo Matos, presidente do Instituto Histórico; Dr. Ciro Vieira da Cunha, presidente da A. B. I. ; Sr. Pedro Nolasco, membro do Departamento Administrativo e representante dos exportadores de café; Dr. Hernani Oliveira, Inspetor Regional do Trabalho; Dr. Américo Vespúcio Ribeiro

de Oliveira, presidente da Associação dos Funcionários Públicos; Dr. Arnulfo Matos, representante das classes liberais; Sr. Bartolomeu Trócoli, diretor regional dos Correios e Telégrafos; e Sr. Afonso Sarlo, representante das indústrias. Completavam a Comissão os membros natos dr. Américo Poli Monjardim, prefeito do município; dr. Eurípides Queiroz do Vale, juiz de Direito da Vara Criminal e diretor do fóro, e o chefe do Serviço de Estatística municipal Sr. Augusto de Aguiar Sales.

Presidiu a solenidade o Sr. Interventor Federal em exercício, presentes o Sr. Prefeito Municipal, todo secretariado, os membros da Comissão, chefes de serviço estadual e federal, imprensa e proletariado.

Excepcionalmente, transcrevo para aquí o discurso que então proferí naquela solenidade:-

"Exmo. Sr. Interventor Federal em exercício.-

Exmo. Sr. Bispo Diocesano.-

Exmo. Sr. Prefeito Municipal.-

Exmos. Srs. Membros da Comissão Censitária.-

Minhas Senhoras.-

Meus Senhores:-

"Se na doutrina se observam féros contrastes e oposições diametraes entre os diferentes sistemas políticos que disputam o privilégio da responsabilidade, na prática, ao contrário, e particularmente no domínio da política econômica verificam-se notáveis afinidades entre as diretrizes dos vários países. A verdade é que, qualquer que seja a filosofia inspiradora destas diretrizes, fatores comuns demográficos, econômicos, políticos e técnicos conspiram para determinar analogias de providências".

Essa analogia é que disciplina e aproxima as nações, muitas vezes sem que os próprios estadistas que

lhes conduzem os destinos tenham pretendido realizá-lo.

Quem viu, porventura, crescer e desenvolver-se a planta? - Só pelo confronto, só pela relação de um estado anterior a outro, é que podemos assimilar e compreender esse desenvolvimento. Assim também certos estados sociais são imperceptíveis à mais apurada observação, e só através dos seus efeitos no tempo e dentro do estudo comparativo de uma a outra etapa, é que se pode aferir a deferença de nível de geração a geração ou de um estágio social a outro.

O crescimento excessivo das populações, a partir de 1800, elevando desproporcionalmente certos grupos humanos, teria de subverter a ordem e o progresso do mundo, como neste momento está acontecendo. É que os estadistas, abismados nas maravilhas da química e da física, geradoras dessa civilização suntuosa e complexa que a máquina instituiu, não viram crescer a caudal, em cujo leite trituravam-se milhões de vidas, trazidas na avalanche como detritos que iam sendo varridos pelas águas para se dissolverem no lodo das grandes inundações. A esses homens incáutos, a esses estadistas que tiveram apenas a visão do presente e se embrenharam nas teses mais ou menos gongóricas de sistemas de governo ou de fórmulas políticas ocasionais, cabe a responsabilidade das guerras deste século e sobretudo da luta de extermínio que ora se desencadeia encarniçada no Oriente e no Ocidente, cujo epílogo talvez nenhum indivíduo possa definir neste momento.

Surgiram é bem verdade, algumas figuras geniais que apontaram as sombras do futuro, demonstrando que qualquer civilização só poderia firmar-se pela coexistência e independência do desenvolvimento individual simultâneo com o desenvolvimento social.

Assim, pois, onde um se separasse do outro, onde a força e a coesão social fossem apenas um paradoxo político, fatalmente teriam de se desencadear tremendas tempestades.

tempestades que não atingiriam somente as nascentes donde emanassem. Pouco importa que não se verificasse a previsão de Malthus quanto à produção. A máquina alargou consideravelmente as possibilidades da terra, mas o problema persiste no desequilíbrio considerável entre a imensa família proletária e os outros grupos sociais que dela se afastam de polo a polo. Os estadistas do passado se tinham esquecido de que o mundo há de ser uma conquista do homem e nenhum outro problema subsiste senão o que advir d'ele próprio. O mundo não comporta mais esses panoramos paradisíacos inventados pela astúcia dos que não sofreram e por isso mesmo são incapazes de aferir as desventuras e o abandono dos irrisoriamente denominados menos felizes. E a outra coisa não assistimos nesse instante trágico para a humanidade senão a disputa da fórmula interpretativa dessa equação, a qual, entretanto, sejam quais forem os imprevistos do futuro, terá solução diferente de todas as miragens engendradas pelo espírito quimérico das gerações que desapareceram com o advento d'este século.

Snrs., o grande presidente Getúlio Vargas está descortinando estes horizontes - talvez bem próximos da hora que passa, talvez mais distantes - e por isso, na vigência do Estado Novo, quando lhe foi possível traçar e executar à risca um programa de administração, abriu no âmago do Brasil duas paralelas, dentro das quais se renovam e se refazem alvamente as esperanças dos que amam e crêm na Pátria. Nestas paralelas estão compreendidos, como tive ocasião de dizer doutra feita, os novos caminhos da nacionalidade: a defesa do país e o problema social brasileiro. Apoiado na consciência esclarecida das forças armadas, responsáveis pelo que temos de mais caro a zelar e proteger - que é a nossa soberania, este governo tem o dever de ser forte e o direito de ser ainda mil vezes mais viril na execução d'esse programa, se tanto vier a ser necessário.

O recenseamento d'este ano, com a

multiplicidade de censos, que abrange, não é mais do que uma ordem de comando, um toque de alvorada despertando na alma brasileira a consciência de sua própria força, quer para dilatar-lhe as possibilidades, quer para corrigi-la e aplainá-la nas falhas e nos senões que porventura apresentar.

Eu vos falei de comêço, meus senhores, na vida das plantas, cujo crescimento só percebemos através do paralelismo que o confronto assinala. A geração atual está assistindo a um fenômeno semelhante no Brasil de grave repercussão em futuro próximo, na vida moral e social da nossa Pátria. É o da mulher negra.

O casamento, sendo o princípio institucional da família, há de ser na comunhão patrícia, a pedra basilar das nossas tradições, ampliadas aos demais setores da vida nacional. E o que hoje se está generalizando, preferentemente nos grupos étnicos inferiores que ainda não sofreram a influência de qualquer mestiçamento, é a ausência da família, é o abandono moral e material da mulher negra, presa aos afetos incomensuráveis da sua prole, mas batendo-se sozinha para levar ao fruto dos seus amores infelizes o concurso de seu trabalho, quase sempre por esse mesmo motivo rejeitado ou parcamente remunerado.

Esse drama vai ser revelado ao Brasil em toda sua nudez. Parece que não tem a menor afinidade com a vida nacional a sorte destas criaturas cuja condição social resvala entre a miséria e o esquecimento. Mas, seja qual for a sua condição, dentro da grande família brasileira todos nos igualamos, e o exemplo de outros países e de outras civilizações corroídas e murchas pelo tempo, deve bastar para que o sólo livre e fecundo da nossa Pátria não se transforme em cárcere da Religião e do Amor, lançando sobre a vala comum do opróbrio a mulher desamparada e ignorante, que não tem sequer consciência de nela subsistir uma personalidade humana. O recenseamento atinge, portanto, o tecido

mais delicado do organismo político da nação, que está na família. Se fatores econômicos e políticos podem criar uma relativa analogia de processos na adução dos grandes problemas de administração, como inicialmente o afirmamos através da palavra esclarecida de um grande mestre, devem entretanto permanecer indevassáveis os recessos morais da nacionalidade, porque neles se revêm as gerações que se sucedem. É necessário, pois, que não se ergam palácios onde o terreno não estiver ainda estanque. Esses detritos humanos, acumulados nas favelas e nos mocambos, vão engrossar a corrente que há de procurar o seu estuário no seio da nação, daí originando-se novas fontes de males a que o poder público não pode ser indiferente. Dessarte, à irresponsabilidade do homem na construção da próle, que êle deixa aos cuidados de uma mulher desventurada, vem juntar-se à ausência absoluta de continência na repetição assustadora desse crime, que flagela as classes inferiores da sociedade brasileira. Não há aquí a menor civa de sentimentalismo; o Estado moderno criou, no sentido de cooperação a necessária compreensão de todos êsses fenômenos sociais.

Eu desejaria, portanto, ao realizarmos esta magnífica solenidade, na qual se instala a la. Comissão Censitária dêste município, dizer à mulher espírito-santense, tão rica de afetos e de inteligência, que a obra a realizarmos deve ser mais sua do que nossa: sua colaboração irá retificar o curso de uma nascente cujas aguas peluidas ameaçam danificar as cristalinas fontes do edifício social brasileiro. À mulher incumbe, pois, trazer-nos êsse concurso, e mais do que isso talvez não seja mistér, para que o recenseamento de 1940 exprima a fôrça e o patriotismo do governo do presidente Getúlio Vargas, que fez da opinião pública do país seu grande Tribunal, e cujas vigílias pela felicidade da Pátria, hão de assegurar a grandeza e a prosperidade do Brasil. O Espírito Santo, na modestia e no silêncio de

sua construção política, nos cuidados que dispensa à criança, à velhice desamparada, às mães sem arrimo, aos infelizes portadores do mal de Hansen, exemplificando nesses quatro grupos sociais a clarividência de uma administração, coroada ainda pela serenidade que sempre lhe tirou, mesmo nas lutas ingratas do passado, o caráter personalista a que outras não puderam fugir; o Espírito Santo, repito, dará certamente agora uma demonstração a todo Brasil do seu civismo, trazendo à campanha que hoje aqui esboçamos, a compreensão de que o recenseamento virá a ser a melhor construção para uma Pátria mais feliz e mais forte. Com essa convicção eu vos saúdo e vos felicito, senhores membros da Comissão Censitária desta Capital, por virdes trazer inteligência, esforço e trabalho à nobre tarefa de que estamos incumbidos, iluminando-nos com as vossas luzes, e alteando-nos com a experiência do vosso saber e as almenáras do vosso patriotismo. »

A seguir, falou em nome da Comissão o dr. Arquimimo Matos, recordando os censos anteriores e a necessidade que tinha o Brasil de criar uma base estatística para os rumos definitivos da sua economia. Encerrou a sessão o dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário do Interior em exercício na Interventoria Federal, desenvolvendo ainda argumentos oportunos sobre a grande campanha que a nação em breve iria encetar.

A Comissão reuniu-se várias vezes e demonstrou sempre o máximo interesse pelo curso dos trabalhos, quer apresentando sugestões interessantes, quer dissiminando por todos os meios ao seu alcance a campanha censitária.

INSTALAÇÃO DAS DELEGACIAS MUNICIPAIS.-

PLANO DE DIVISÃO CENSITÁRIA.-

INSTRUÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO.-

De acôrdo com as instruções de 16 de Março

de 1940, baixadas por V. Excia., ia caber às Delegacias Seccionais a atribuição de escolher, nomear e empossar os delegados municipais.

Nesta parte, que era precisamente a mais delicada na organização da máquina censitária, devo acentuar com desvanecimento que pude realizá-la com sucesso, graças à superioridade com que o Sr. Interventor Federal encarou as responsabilidades de que eu estava investido, afirmando-me reiteradamente que não tinha candidatos e só exprimia o desejo de que, numa articulação inteligente e oportuna, não surgissem complicações entre as Prefeituras e o novo mecanismo a instituir-se.

Ora, evitar complicações na entrosagem desse mecanismo com os poderes públicos locais era exatamente o que convinha à organização dos serviços. Em tais condições, o conselho do Sr. Interventor exprimia uma contribuição, traduzia com justeza o pensamento censitário, porque, para uma campanha de tão grandes proporções como a que se ia travar, a inhabilidade em conduzi-la seria o prenúncio certo de irremediável fracasso.

Sincronizar a opinião pública, estandarizar um determinado número de princípios, difundí-los, para atrair deles criar convicções, animar idéias, gerar simpatias, nutrir entusiasmos, e pôr em marcha essa variada orquestra sem que os instrumentos se desafinassem, seria evidentemente o papel precípua das Seccionais. Pudemos, felizmente, sem fraquezas, sem tergiversações, sem dubiedades, atritos e mal-entendidos, realizar essa tarefa de começo a fim.

Tanto quanto possível foram feitas as nomeações dos delegados dentro de uma rigorosa observância de certo número de qualidades indispensáveis à função. É na capacidade revelada que a administração norte-americana firma os seus princípios de seleção individual. E parece-nos que entre todos os caminhos para atingi-la este é sem dúvida o mais indicado.

Foi o que fizemos, baseando-nos sobretudo no tirocínio anterior do cidadão, nas qualidades já demonstradas em outros mistéres, ajuntando a êsses precedentes uma prova de habilitação, se o candidato não exercia função pública, e a condição essencial de conhecer a fundo o território do município.

É natural que se tenha verificado aquí e alí um esforço mais pronunciado para chegar-se a resultado satisfatório, porque, posto fosse o cargo parcamente remunerado, havia sempre em cada município excesso de candidatos para disputá-lo.

Contudo, os desacertos foram poucos, ainda assim se devemos considerar desacerto o fato de um ou outro ter desempenhado a função com menos desembaraço, dada a complexidade de atribuições para cuja compreensão era inegavelmente imprescindível uma acuidade de espírito bastante acentuada.

A instalação das delegacias se fez de preferência nas sédes das Prefeituras, e onde isto não aconteceu os respectivos prefeitos foram os principais colaboradores no arranjo verificado, ou assumindo o encargo do aluguer, ou interessando-se diretamente, sem onus para o serviço, na instalação que afinal se veio a fazer. As delegacias transferidas da séde da Prefeitura para a própria residência dos delegados, o fôram para atender à conveniência pessoal dêstes e à maior segurança do sigilo, de que não estavam bastante tranquilos. Assim aconteceu em Itaguassú, Baixo Guandú, Guarapará, Anchieta, Santa Cruz e São Mateus. Várias Prefeituras cederam o salão nobre dos antigos conselhos para alí se instalarem as delegacias, como ocorreu em Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Serra, Domingos Martins, Viana e Alfredo Chaves. Outras fizeram adaptações especiais, cercando os delegados do mesmo conforto dos seus funcionários, como Santa Teresa, Colatina, Cariacica, Fundão, Páu Gigante e mesmo Anchieta, donde o delegado se removeu por um escrúpulo louvável e para

não dar lugar a desinteligências provocadas por uma curiosidade excessiva de funcionários da Prefeitura. Nos demais, as delegacias se instalaram concomitantemente com as agências municipais de estatística, exceção de São Mateus, onde ocupou uma sala especialmente cedida pela administração da Estrada de Ferro local.

DIVISÃO CENSITÁRIA.

Procurando conciliar os interesses do serviço com a situação econômica do recenseador, evitei calculadamente fazer a divisão dos municípios dentro de um critério muito amplo, isto é, prevenindo sempre uma relativa possibilidade de êxito financeiro na execução de cada setor. Parece-me que essa resolução foi acertada, como veremos no curso dêste Relatório, pois a 1a. Região, a despeito de ter quase três quartas partes do território do Estado, nêle incluídas as bacias dos seus principais rios e lagôas, contudo a 15 de Janeiro dêste ano estava encerrada todo trabalho de coleta censitária, sem qualquer incidente salvo ocorrências normais de serviço.

A 1a. Região abrangeu um total de 389 setores, inclusive a capital, sendo nesta a divisão e seleção do pessoal obra quase exclusivamente de V. Excia. Em todos os municípios houve rigorosa observância na fragmentação e no estudo do terreno, acompanhando cada setor o respectivo croquis, trabalho êste que em vários municípios teve a colaboração de membros das Comissões Censitárias, circunstância pela qual se evidencia ainda a utilidade destas. Em qualquer caso, porém, até mesmo onde foi necessário o concurso desta Delegacia, deu-se rigoroso cumprimento e absoluta segurança a esta parte das Instruções, evidentemente a mais importante, no preparo inicial para a execução dos censos.

Nem todos os municípios estavam com a

sua situação bastante clara quanto a natureza de alguns acidentes, ocasionando isto certas dúvidas na interpretação das linhas de demarcação. Apesar do esforço do governo do Estado para solucionar definitivamente tais diferenças, ainda assim tivemos de aplinar algumas dificuldades entre os municípios de Santa Cruz e Páu Gigante, Páu Gigante e Coletina, Viana e Guarapará, Guarapará e Anchieta, sendo que entre estes últimos não foi possível chegar-se a acôrdo persuasivo na interpretação do decreto nº 9.941 de 11 de Novembro de 1938. Tivemos, então, de impôr o cumprimento do dispositivo legal independentemente de considerações de ordem política e pessoal, e tal solução era contrária ao ponto de vista sustentado pelo Prefeito de Anchieta. O Serviço Nacional de Recenseamento não tinha autoridade para intrometer-se na seára privativa do Estado, engendrando interpretações tendenciosas, fóra do plano e do interêsse do serviço. O ponto controvertido era o pico do Itaobá, explícito na lei mas discutido pelo esforçado Prefeito de Anchieta, segundo a sua verdadeira posição geográfica.

Na verdade, pelo decreto 9.941 de Novembro de 1938, verificara-se uma ligeira omissão, deixando-se de reproduzir as linhas demarcatórias com a mesma clareza, ao serem fixadas para um e para outro município. Ao traçar a linha divisória de Guarapará, a lei anterior, pela qual estavam definidos os limites inter-municipais, classificou-a numa frente tripartida, obedecendo à situação natural dos acidentes, - "do oceano Atlântico ao pico do Itaobá, dêste ao pico de Jaqueçabe e daí até a ponte do rio Corindiba", em retas que se pespontavam. A mesma lei estabelecia entretanto, em relação à Anchieta, que essa linha partia "da ponte sôbre o rio Corindiba até o pico do Jaqueçabe e daí até a lagôa de Mãe-Bá, no Oceano Atlântico." Houve, evidentemente, uma omissão, corrigida pelo decreto 12.664 de 16 de Abril de corrente ano. Não tinha, entretanto, esta Dele-

Delegacia atribuição para solucionar controvérsias desta natureza senão por meios suastórios, como, aliás, o fizera. Falhando esse recurso, teríamos de dar cumprimento fiel à letra fria da lei. Essa resolução não a achou razoável o Prefeito de Anchieta, e, posto continuasse a manter as mesmas relações de cordialidade com este Serviço, deliberou cancelar os prêmios que havia resolvido distribuir aos recenseadores do município.

Todos os outros casos foram resolvidos satisfatoriamente, apesar de ter sido bastante trabalhoso o acêrto das linhas divisórias entre Santa Cruz e Páu Gigante. Entendo que seria talvez conveniente mandar fazer o Estado uma retificação geral das linhas fronteiriças destes municípios, descriminando-se com mais clareza os acidentes do terreno e suprimindo-se certas denominações que, pela sua semelhança, ocasionam confusão no espírito público e interpretações errôneas que de boa ou má fé constantemente se repetem.

Ponderando-se entretanto, na extrema delicadeza da tarefa executada, pôde-se afirmar que ela representa, só nesta parte, uma improvisação verdadeiramente gigantesca.

Cada homem obedeceu aos limites do seu setor nos perímetros urbano, suburbano e rural. Raras foram as divergências verificadas e, as que surgiram, tiveram imediata solução. Aliás, as Instruções baixadas por V. Excia. sobre essa matéria eram de uma clareza diáfana, cabendo apenas às delegacias municipais se guiarem convenientemente, através da cooperação assídua e ininterrupta desta Delegacia, que assim completava, como de seu dever, a orientação técnica elaborada pela Delegacia Regional.

Na execução do Recenseamento, esta foi sem dúvida a primeira condição de sucesso para o êxito alcançado. Onde porventura não se processou com segurança a divisão do

terreno, de modo a se constituírem os setores órgãos perfeitamente disdintos, dentro da célula distrital, a perquirição censitária deveria ter sofrido consideravelmente na segurança e na eficiência dos seus resultados.

INSTRUÇÕES E ÓRDENS DE SERVIÇO:

Nesta parte, foi apenas subsidiária a ação da Delegacia Seccional da 1a. Região. Sem reservas nem restrições, é V. Excia. quem merece os louros da direção técnica dos trabalhos. À sua clarividência deve o Espírito Santo a magnífica classificação em que se encontra no prélio memorável que enfrentámos. A Delegacia Seccional da 1a. Região apenas secundou a ação de V. Excia. pela ajuda de novos esclarecimentos, pelo concurso simultâneo de uma colaboração direta, afastando pequenas controvérsias geradas na interpretação vacilante de alguns delegados, realizando apenas obra de compreensão e adaptação sobretudo pela ação direta da palavra, quer através de visitas mais frequentes aos municípios cujos delegados apresentavam certa dubiedade e perplexidade no exercício da função, quer através do telefone, incontestavelmente o auxiliar mais precioso das horas de extraordinário dinamismo que tivemos de experimentar nas diversas fases da campanha.

A PROPAGANDA.

A AÇÃO DO PROLETARIADO - AS CLASSES CONSERVADORAS -
A IGREJA - IMPRENSA E RÁDIO - A ESCOLA . -

Ao me fazer V. Excia. o depositário de sua confiança para o cargo em que fui investido, compreendí desde logo a não pequena responsabilidade partilhada com V. Excia. na alta tarefa que lhe foi cometida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contudo, sentí essa responsabilidade

muito mais agravada, ao incumbir-me V. Excia, da direção e orientação da propaganda, especialmente junto a todos os órgãos de publicidade do Estado.

Dentro das possibilidades mais ou menos restritas que me estavam destinadas, preparar um ambiente de todo alheio à campanha que íamos encetar, esclarecendo-o em condições satisfatórias e de molde a que fosse afastada qualquer possibilidade de inêxito, era sem dúvida motivo de alguma inquietação, que não podia passar despercebida à minha percepção.

Todos os setores de atividade tinham de seguir o mesmo ritmo, completando-se uns, e alargando-se outros. Carecíamos de todos os recursos da inteligência, no púlpito, na escola, na tribuna do jury e na tribuna popular, focalizando êsse esforço onde quer que êle se verificasse, para que o exemplo pudesse frutificar. Ao lado da vivacidade que a tarefa ia reclamar, adstrita nesta parte aos seus justos limites de capacidade funcional, tínhamos a ajuntar as percalços e a delicadeza das suas exigências e do seu manejo. Tratarei, porém, posteriormente, dêsse capítulo.

Pode-se separar o período da propaganda em duas fases distintas: - a) - Preparação e penetração; - b) - Divulgação e difusão.

Na primeira fase em que se processou o trabalho de penetração em todos os núcleos sociais de alguma importância nos municípios, entre 22 de Fevereiro, data da instalação dos Serviços, e 30 de Abril, a Delegacia Seccional da Região já havia dirigido 1.849 ofícios distribuídos entre as seguintes entidades: - Imprensa, Prefeitos municipais, Juizes de Direito, promotores da justiça pública; associações culturais, esportivas e recreativas; presidentes de sindicatos de empregados e empregadores; oficiais do registro civil; vigários das paróquias; pastores batistas, superintendentes de igrejas

batistas; escrivães do 1º, 2º e 3º ofício; diretores de grupos escolares, escolas reunidas e agrupadas; agrônomos; agentes municipais de estatística; comerciantes e agricultores de maior destaque local; professores de grupos escolares, escolas reunidas e agrupadas; coletores estaduais e federais; congregações religiosas; farmacêuticos, médicos e advogados; delegados de ensino e inspetores escolares; grandes criadores da Região; todo clero secular em função nos municípios; cirurgiões dentistas; professorado rural e particular; Ginásios e Escolas Normais.

Estavam, assim, atingidos todos os grupos e entidades sociais de evidência nos municípios, acrescentando-se ainda a circunstância de que, entre 22 de Fevereiro e 31 de Março essa tarefa ficou quase virtualmente concluída. A dificuldade no conseguir-se a localização do professorado rural, em virtude das transferências e substituições que as conveniências do ensino requerem, deu lugar a que, só no mês de Abril, pudesse chegar a propaganda até esses modestos servidores do Estado, que prestaram relevante serviço à campanha.

A penetração da propaganda censitária nas escolas foi tão rápida quão profunda e eficiente.- Já no relatório mensal de 30 de Abril de 1940 eu informava a V. Excia.: "Foi bastante aproveitável a primeira penetração feita diretamente nas escolas públicas, através do 21 de Abril. Não só nos estabelecimentos de ensino primário como secundário foram proferidas palestras, distribuídas por esta Delegacia, com resultado plenamente satisfatório, como tive ocasião de constatar. Animado pelo êxito obtido nesse contato direto com a escola, redigimos também uma palestra para ser igualmente feita nos últimos dias do mês, em reuniões de círculos de pais e mestres. Nos Grupos Escolares da capital temos encontrado colaboração inteligente por parte do professorado, sendo ainda para registrar que esse interesse não é diferente no professorado do interior, especialmente

dos diretores de grupos cuja solicitude em contribuir para o êxito do serviço é digna de menção. Aproveitando também minha passagem por Colatina, antes de realizar-se a solenidade da instalação da Comissão Censitária, proferí uma ligeira palestra para a tropa escoteira do Grupo Escolar "Aristides Freire", sob o tema: - o papel do escoteiro no Recenseamento de 1940. Ainda dentro desse espírito, foram distribuídas quer a palestra de 21 de Abril, sobre Tiradentes, quer a de 28 do mesmo mês, esta para ser lida nos círculos de pais e mestres, em todos os Grupos Escolares da 1a. Região."

O fato predominante, porém, ocorrido naquele mês, foi o Congresso dos Prefeitos do Estado, convocado pelo Sr. Interventor Federal para deles ouvir, de viva voz, relatos que exprimissem a verdadeira situação dos seus municípios, possibilitando novas diretrizes, consentâneas com os interesses da administração e do povo, dentro dos postulados que o Estado Novo havia prometido à Nação.

Nesse Congresso teve V. Excia. oportunidade de conclamar o patriotismo dos principais colaboradores da administração estadual, esclarecendo-os sobre os dois fatos essenciais da campanha: a imprescindência do Censo Nacional exigido pela nação, e a importância e seriedade de sua execução.

Antes de se encerrarem os trabalhos, o Congresso votou uma moção de irrestrito apóio ao Serviço Nacional de Recenseamento, a qual foi apresentada e fundamentada pelo prefeito Jonas Farias, nos seguintes termos:

"Considerando que, de acôrdo com as teses que nos foram encaminhadas por S. Excia. o sr. Interventor Federal neste Estado, as quais têm de merecer o nosso estudo e a nossa atenção, há, entre elas, a que se refere ao recenseamento deste ano, evidentemente um acontecimento de inequívoca relevância para a vida pública,

social e política de nossa Pátria;

Considerando que, sendo-nos pedidas indicações e sugestões destinadas a facilitar o maior inquérito censitário da América do Sul, no nosso país ainda sem exemplo nas conquistas civilizadas do passado, é justo tomemos este grande fato social para assunto das nossas melhores e mais palpitantes cogitações, nesta hora de decisivas e graves responsabilidades;

Considerando que a força e a varonilidade de uma nação se aferem hoje pelo valor máximo de sua riqueza e potencialidade, que é o homem;

Considerando que em torno dele é que se agitam os problemas, em torno dele é que se criam abismos e apoteóses, em torno dele é que se levanta, em toda sua magestade, o direito de acorrer para a vida ou para a morte;

Considerando que não seria possível continuarmos na ignorância dessa força, tanto mais quanto, na hora atual, cada nação tem de medir e supesar os seus próprios valores afim de traçar com segurança e desassombro os rumos do seu destino;

Considerando que o grande Presidente Getúlio Vargas está possibilitando aos brasileiros uma fase de seleção administrativa e de descortino de valores morais e intelectuais, permitindo-nos, através desse acontecimento extraordinário que será o recenseamento de Setembro, conhecer e penetrar os mais desencontrados problemas que tem procrastinado o progresso e ^a grandeza do nosso país;

Considerando que, se não bastassem os atos de benemerência e de sabedoria política com que o eminente sr. Presidente da República tem dotado o Brasil, maxime nestes dois anos transcorridos após o advento do Estado Novo, o inquérito deste ano por si só viria dar à nação a consciência do seu prestígio, ao lado dos decalques e das deficiências que a inexperiência do passado tem tentado justificar;

Considerando que o governo atual quer falar ao Brasil a linguagem clara dos fatos e dos números; e pretende, ao invés das veredas e dos caminhos tortuosos, abrir estradas claras e amplas no coração do país, de forma que se divise todos os horizontes, se descortinem todas as paisagens, se rompam e se dissolvam todas as manchas que porventura ainda conturbam os céus do Brasil, numa apoteóse de luz e de claridade que inunde todos os rincões da Pátria;

Considerando que, do nosso entusiasmo e da fé que alimentamos nos resultados dessa esplêndida campanha, certamente há de sair uma nação varonil, pela consciência do seu valor, através do conhecimento direto de fatos sociais que nos são ainda, infelizmente, desconhecidos;

Considerando que, cento e vinte anos de independência política e administrativa, devem constituir um cabedal imenso para um país como o nosso, o qual, a despeito do atraso, das tortuosidades e do empirismo que nos advieram do período colonial, ainda soube destruir com suas próprias mãos erros seculares e erigir com o seu trabalho e o suor de seu povo a magnífica civilização que desfrutamos;

Considerando que é esta tése, sobre todas as outras, a que mais se destaca neste momento, cuja compreensão resulta do empenho e da decisão do governo federal para que a memorável perquirição de setembro exprima com absoluta segurança os valores efetivos do Brasil;

Considerando que, dentro dessa preocupação e admitindo que todos que aqui se encontram pensam e agem sob o impulso das mesmas emoções patrióticas, propomos um voto de espontâneo apôlo, de indefectível solidariedade com os responsáveis pelo Serviço Nacional de Recenseamento neste Estado, correspondendo esta atitude, com a devida justeza, aos desejos e à solicitação do honrado e nobre Interventor Espírito-Santense, sr. Major Punaro Bley.

Assim, pois, com os olhos fitos no Brasil e com o coração transbordante de entusiasmo pelos grandes destinos da nossa Pátria, subscrevemos a presente moção, certos de que este ato de brasilidade terá as ressonâncias que a sua magnitude justifica."

Jonas Farias, prefeito da Serra; Fernando de Abreu, prefeito de Cachoeiro de Itapemirim; Adherbal Galvão, prefeito de Afonso Cláudio; Adílio Valadão, prefeito de Alfredo Chaves; Messias Lins de Oliveira Chaves, prefeito de Alegre; João Miranda do Amaral, prefeito de Anchieta; Álvaro Rodrigues da Malta, prefeito de Baixo Guandú; dr. Mario Lima, prefeito de Castelo; Roberto Couto, prefeito de Cariacica; Orlando Trompowsky Toullois, prefeito de Colatina; Antônio Costa, prefeito de Calçado; Eugênio Pacheco de Queiroz, prefeito do Espírito Santo; Oswaldo Moura Neves, prefeito de Conceição da Barra; Octaviano Santos, prefeito de Domingos Martins; dr. Cesar Agostini, prefeito de Fundão; Adolfo Simões, prefeito de Guarapari; Synval Vieira, prefeito de Iconha; João Rodrigues M. Soares, prefeito de Itapemirim; Antônio Martinho Barbosa, prefeito de Itaguassú; Pedro José Vieira, prefeito de João Pessoa; Antônio Hermílio Magalhães, prefeito de Muniz Freire; Luiz Aguiar, prefeito de Páu Gigante; José Braz de Mendonça, prefeito de Rio Novo; Alfredo Antônio, prefeito de Rio Pardo; Cesar Müller, prefeito de Santa Leopoldina; Hilton Fonseca Ramos, prefeito de Santa Teresa; Carlos Balbino Neto, prefeito de Santa Cruz; Avides Fraga, prefeito de S. João do Muquy; Otto de Oliveira Neves, prefeito de São Mateus; Manoel Alves de Siqueira, prefeito de Siqueira Campos; Luiz Lírio, prefeito de Viana; José Simões Filho, prefeito de Vitória."

Comentando essa moção, nos seus efeitos políticos sobre o resto do país, assim se manifestou o "Correio da Manhã" de 24 de Abril:

"COOPERAÇÃO EFICAZ.--

Não é sem razão que temos dito, sempre

que dirigimos apêlos em favor de uma cooperação de todos os brasileiros, estar na alçada dos prefeitos municipais uma boa parte do esforço no sentido de ter o desejado êxito o trabalho do recenseamento. Tendo-se reunido, no Espírito Santo, um congresso de prefeitos, o problema censitário mereceu a devida atenção e motivou uma extensa moção, cujos termos bem evidenciam a disposição com que os chefes do executivo municipal daquele Estado se consagrarão a essa obra de relevante e prestimosa construção patriótica. O Interventor incluiu, entre as teses a serem examinadas e discutidas no supramencionado conclave a que se refere ao serviço de recenseamento. Bastariam os termos que fecham e concretizam os CONSIDERANDA da moção para que ficasse em evidência até onde poderão chegar os proveitos dessa cooperação. Os prefeitos espírito-santenses aprovaram um voto de apêlo e solidariedade com os responsáveis pelo serviço de recenseamento. Esse voto, devemos admitir, não representará apenas solidariedade moral, mas redundará numa colaboração efetiva em cada um dos municípios do Espírito Santo, mediante a orientação e o esforço dos respectivos prefeitos.

Repetimos que essas autoridades, como os vigários em suas paróquias rurais, achando-se em contato direto com as populações, poderão remover obstáculos que escapam à ação dos agentes recenseadores. Em todos os municípios do país, e eles passam de 1.500, os recenseadores devem encontrar o terreno propício ao trabalho pelo qual respondem.

Vem de um Estado pequeno geograficamente, porém capaz de se emparelhar com os que mais prosperam no Brasil, pelo seu crescente desenvolvimento econômico, um exemplo digno de imitação."

A AÇÃO DO PROLETARIADO:

Ao mês de Maio estavam destinados

grandes êxitos no movimento geral da propaganda. A concentração das classes trabalhistas a 1º de Maio deu lugar a que o proletariado tomasse também posição saliente na campanha, sendo então lida em praça pública pelo presidente do sindicato dos empregados no comércio a moção que para aquí transcrevemos, firmada por todos os presidentes de entidades congêneres do Espírito Santo.

São êstes os termos daquele importante documento:

"As classes trabalhistas do Estado do Espírito Santo, numa eloquente demonstração de civismo e de perfeita afinidade com o Estado Novo, a cujos destinos estão ligadas, e ainda:

Considerando que "o trabalho é um dever social" previsto pela Constituição de 10 de Novembro de 1937;

Considerando que todas as afirmações feitas ao País e ao proletariado brasileiro pelo grande presidente Getúlio Vargas têm sido cumpridas e realizadas espontaneamente;

Considerando que o valor primacial do indivíduo como produtor de riqueza está consagrado nos textos da Constituição atual;

Considerando que, o mais nobre e o mais fundamental dos deveres do homem, que é a proteção à sua próle e a possibilitação de recursos necessários à educação dos filhos, constitue matéria sancionada pelo regime;

Considerando que os princípios fundamentais de segurança e assistência ao trabalhador - nacionalização do trabalho, amparo à maternidade, salário mínimo, previdência contra doenças profissionais, caixas de pensões e aposentadorias, proibição de trabalho a menores, garantia de emprêgo, representam a maior sôma de serviços prestados à coletividade brasileira, computando-se o trabalho organizado como principal fator de ordem e de segurança das nações;

Considerando que a todos esses benefícios reuniu o governo federal e da Justiça do Trabalho, cujo concretização acaba de se realizar;

Considerando que as circunstâncias de pauperismo do Brasil é que concorrem precipuamente para não se altear o nível de vida das classes proletárias;

Considerando que, dentro das possibilidades econômicas do Brasil, o presidente Getúlio Vargas realizou uma obra sem par no confronto das civilizações contemporâneas;

Considerando que, na marcha para novos rumos, no que toca à socialização dos meios de produção e à cooperação dos indivíduos e das classes para tornarem efetivas estas conquistas, realizou o governo Getúlio Vargas uma gigantesca afirmação de capacidade administrativa e de fidelidade cristã aos princípios de solidariedade humana;

Considerando que o reconhecimento destes serviços constitui o melhor elogio do operário brasileiro, e, de modo particular, do proletariado espírito-santense;

Considerando que uma contínua ação do governo federal em prol das classes trabalhistas evidencia a superioridade dessa política, numa ascensão constante para a posse e a conquista de melhores dias;

Considerando que, entre as grandes fâtes e as grandes iniciativas do Estado Novo, o Recenseamento de Setembro deste ano, penetrando todo o organismo econômico e social da nação, precisa, por isso mesmo, de uma perfeita compreensão dos diferentes grupos sociais do País;

Considerando que, entre esses grupos, nenhum se sobrepõe ao proletariado nacional, quer pela expressão numérica, quer pelo dever em que se encontra de prestigiar sem esmorecimentos a obra ciclópica do benemérito presidente Getúlio Vargas;

Considerando que a investigação de 1º de Setembro é um correlário da constituição de 37, que todo proletário tem o dever de defender intransigentemente, como obra expenencial de uma nova ordem de coisas;

Os presidentes de sindicatos trabalhistas do Espírito Santo, resolvem recomendar aos trabalhadores desta unidade federativa, que vejam no recenseamento de Setembro próximo, um ato inerente à sua própria existência, prestigiando-o, pois, por todos os meios ao seu alcance, afim de que a inquirição que se vai realizar nos diversos setores da atividade terrantês, seja rigorosamente verdadeira e exprima legítimas realidades, afim de que o governo da República penha em execução, após seu conhecimento, todas as outras promessas consagradas na carta de Novembro, para felicidade e grandeza do Brasil;

Saturnino Rangel Mauro, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Vitória.- João Teixeira, presidente do Sindicato dos Estivadores do Porto de Vitória.- Laurindo Lineu Costa, presidente do Sindicato da C. G. B. F. E. - Geraldo Vassale, presidente do Sindicato dos Ferreiros da Vitória a Minas.- Francisco José Lira, presidente do Sindicato dos Marítimos.- Antônio Otávio de Oliveira, presidente do Sindicato de Conferentes.- Emílio Campos, presidente do Sindicato dos Pedreiros.- José Cândido Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Padaria.- Cypriano José de Oliveira, presidente do Sindicato de Operários em Docas e Armazens de Café.- José Valadares Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Bancários de Vitória.- Hermogenes Lima FONSECA, presidente do Sindicato dos Telegráficos de Vitória.- Pedro Corrêa dos Reis, presidente do Sindicato de Construção Civil de C. de Itapemirim.- Alexandrino Souza, presidente da Delegacia Sindical dos Ferreiros da Leopoldina Railway em C. de Itapemirim.- Randolfo Saturnino Freitas, presidente do Centro de Funcionários de Proteção Mútua em Cachoeiro de Itapemirim."

AS CLASSES CONSERVADORAS:

Ainda com o mesmo objetivo, dirigiram as classes conserva-

conservadoras, igualmente, um substancial manifesto ao Espírito Santo, concitando a todos que elaboram a produção, direta ou indiretamente, trazerem sua decidida cooperação ao movimento censitário. Firmaram-no o presidente da Associação Comercial e todos os demais órgãos representativos das classes produtoras do Estado. É-le:

"Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional."

"Isto quer dizer que uma justa medida entre o passado e o presente, para fixar as diretrizes do futuro, ficou exemplarmente consagrada na Constituição de 37. As classes conservadoras do país sabem perfeitamente que o Estado Moderno precisa preparar o homem para uma ação certa e definida, de forma a afastar todo espírito de aventura e esforço inútil na conquista do seu lugar na comunidade brasileira, e tal atitude importa em reconhecer que o sentido de dignidade humana supera todas as demais preocupações de ordem pública, porque antes de mais nada faz-se mister colocar o homem entre seus semelhantes não como simples coisa, mas sobretudo como elemento criador de riquezas e portanto fater de ordem e disciplina social.

Agora mesmo, ao receber as homenagens das classes conservadoras de São Paulo, o eminente Sr. Presidente da República traçou em linhas gerais o novo programa de trabalho no Brasil, por meio de um esforço sadio e construtor que permita nos libertar dos mercados estrangeiros, de modo a prosseguirmos a nossa jornada de progresso e de ascensão econômica à custa dos próprios recursos.

Só assim poderíamos, na verdade, elevar o nível de vida do proletariado, por meio de um consumo mais intenso e mais profundo, alargando de tal sorte o valor e possibilitando mais amplas compensações às faculdades criadoras do povo brasileiro.

A situação do mundo não permite neste momento que se tirem ilações através dos acontecimentos a que assistimos. Tanto quanto possível, porém, poderemos prever maior soma de dificuldades nas relações entre os povos, pela propagação de conflito que ensanguenta a Europa. Urge, pois, que encaremos com inteligência e agudeza de espírito esse futuro próximo. Assim como ninguém poderia demonstrar o movimento por outro meio que não fosse a ação, do mesmo modo seríamos ociosos se não agíssemos de forma a encaminhar os nossos passos no sentido da oportunidade e da ^{pre}providência.

O recenseamento que se vai realizar em setembro deste ano busca precisamente conhecer os fundamentos da economia brasileira, além dos objetivos de ordem demográfica e social que só por si exprimem uma necessidade indeclinável de administração pública. As classes conservadoras do Espírito Santo, como as suas congêneres do país, só podem aspirar para o Brasil dias de paz, de trabalho e de progresso. É evidente, porém, que esse conjunto harmonioso só se consegue objetivar dentro de um relativo desafogo, que resulta do bem-estar geral e da prosperidade da nação. Os censos a que iremos proceder constituem o ponto de partida dessa política de portas abertas, pela qual, conhecendo as nossas legítimas realidades, poderemos mais depressa propiciar aos brasileiros do hinterland um estágio de vida mais adequado às suas necessidades e às próprias conveniências nacionais.

Dessarte, as classes conservadoras do Espírito Santo, conscientes do papel que lhes assiste nos dias tumultuosos do presente, concitam todas as forças representativas da nossa unidade federativa a que apóiem intransigentemente o grande movimento censitário que é se opera em todo o país, a fim de que, no nosso querido Espírito Santo, o memorável inquérito de setembro seja uma expressão da verdade quanto à sua expressão, e constitua ao mesmo tempo motivo de orgulho para a nossa cultura, num confronto

que nos dignifique, pela disciplina, pelo dever e pela ordem."

A IGREJA.

As iniciarmos, em Abril, a campanha pelo rádio, houveramos anunciado para breve a palavra de nosso amado antístite, na seguinte alocução:

"Segundo dados obtidos em "arquivos oficiais e particulares, o primeiro recenseamento de Brasil realizou-se em 1808."

Em virtude da elevação da colônia à categoria de reino e com o objetivo de proceder à divisão dos antigos bispados, para a criação dos que se tornassem ainda necessários, realizou a Igreja a pesquisa de 1808, considerada por Joaquim Norberto, "o primeiro censo da população do país, pela sua aproximação da verdade, pelo possível esmero de sua organização e pela fé que se póde nele depositar."

Tivesse embra a Igreja necessidade de conhecer os diversos seteres sufragantes dos arcebispados então existentes, para, se possível, dar-lhes nomes titulares e assim melhor atender aos reclames da fé e da religião, a verdade é que lhe coube, em época tão remota, a delicada atribuição de proporcionar ao Brasil meios de tornar conhecida sua tão pequena quão esparsa população.

Hoje, decorridas tantas décadas, é a Igreja, pela vez autorizada dos seus augustos purpurados, que se faz ouvir de norte a sul do país, chamando a atenção de todas as classes sociais para o grande recenseamento de setembro deste ano, em que iremos descerrar o véu por trás do qual se teem penumbras os mais sérios problemas da nacionalidade.

Pela vez conseladora da Religião construímos as bases da nossa moral, das nossas tradições políticas e sociais. Dentre do idealismo edificante dos seus oráculos,

assinalamos, na nessa curta e pequenina história, santos e heróis, artistas e pioneiros, construtores de civilizações e arquitetos magníficos da nessa liberdade. Essa Religião balbucia com Anchieta os seus primeiros passos na senda do dever e da honra, para refletir, através do sacrifício de Caneca, no sópro verificador com que se haveria de forjar o caráter de uma nação. Nela subsiste integralmente toda a nessa construção política, porque na palavra dos seus mestres e no ofício constante com que eles exemplificavam e evangelizavam, demos corpo e alma a um povo maculado pela escravidão, cuja ancestralidade, nos domínios da ^{BARBARRIE,} ~~barbária~~, pouco se se distanciava do primitivismo do aborígene, vencido pela santidade e pela fé.

Essa preeminência há de caber, pelos anos a fôra, aos denodados soldados de Cristo, que não pisaram a Terra de Santa Cruz para agrilheá-la ao império de além-mar, mas, contrariamente, pareciam trazer com a cruz e o evangelho um sonho vago de liberdade, que é a última imagem a se perder na consciência dos povos dignos de sobreviverem e procriarem.

Essa Religião, colaboradora de Deus e construtora de homens, está prestando em toda parte, a sua ajuda e o seu concurso à grande obra de recenseamento. E, no nesse amado Espírito Santo, em breve a palavra do seu guia espiritual, e nesse querido e virtuoso bispo - virá também trazer seu apoio e suas luzes às pesquisas censitárias que o Brasil irá realizar, cujo êxito será de todos os brasileiros, porque é obra do Brasil, para o Brasil."

Era, agora, o ilustre chefe do catolicismo no Espírito Santo quem dirigia uma veemente pastoral a todos os fiéis e colaboradores do clero capixaba, cujo eco repercutira além das nessas fronteiras, pelo traço fulgurante de brasilidade que dela ressumbra:

" Vitória, 15 de Maio de 1940.-



Ilmo. e Revmo. Snr.

A constituição de 10 de novembro de 1937 abriu ao Brasil novas perspectivas, por meio de soluções orgânicas mais adequadas ao Estado Moderno, cuja vigilância pelo bem-estar e segurança das populações terá de ser contínua e permanente, partindo da família, que é a célula máter da nacionalidade.

Nesse conjunto de premissas está o ensino religioso, com a adoção de qual apraz-nos esperar que o indivíduo assim preparado para as lidas humanas, possa melhormente construir o seu destino dentro de princípios morais mais rígidos e mais aprimorados.

Só por esse meio é que podemos construir, dentro da Nação, ^ealítes esclarecidas, sem a eiva de um preselitismo exclusivista, que o laicismo provoca e estimula.

Já um homem de grande talento e indiscutível imparcialidade, que foi Thyers, disse que "a instrução secundária férma o que se chama as classes esclarecidas de uma nação. Ora, se as classes esclarecidas não são uma nação inteira, a caracterizam. Seus vícios, suas qualidades, suas inclinações, boas ou más, são dentro em pouco os vícios, as qualidades e as inclinações da nação inteira. Essas classes fazem o povo pelo contágio de suas idéias e de seus sentimentos."

É evidente, portanto, que a declaração constitucional prevista no artigo 133 reflete os zelos do Governo para organizar-se uma nação mais homogênea nas suas tendências e gostos culturais, cujos penderes se aproximem mais de Deus, distanciando-se dessarte do paganismo mais que envenena a mocidade de nossos dias.

O criticismo filosófico d'este século haveria de criar, por certo, aliado às maravilhas que a física e a química engendraram, esse espírito de prepotência, de felônia e de tremendas desgraças a que assistimos, cujo declinar levará consigo milhões de lágrimas, milhões de desafortunados que não se ficam pela bórda dos caminhos cherando as desventuras da seberba e da impiedade. - "Faz-se o homem cristão com a fé cristã; mas não se faz o povo cristão senão com as instituições cristãs." Esse o objetivo da carta magna de novembro, que, além desta promessa, incluiu a da proteção à infância e à juventude, o direito de todos subsistirem mediante o trabalho honesto, a proteção à iniciativa individual, o estímulo do trabalho como dever social, o amparo do Estado às famílias numerosas e a colaboração subsidiária de governo na educação da préle. Eis, pois, delineado o verdadeiro espírito do cristianismo, que a todos promete um lugar ao sol e jamais faltou com a sua caridade e o seu exemplo aos que nele creem e nele fiam. Até Napoleão, no exílio, confirmou esse desacerto, afirmando que se tinha modificado literalmente o seu espírito depois dos treze anos, quando começou a raciocinar e apesar sua iniciação educacional, afastada do convívio de Deus e da Igreja. Esta foi também a lição de Bessuet, que já manifestava sérias receias de que tal educação só pudesse servir para desenvolver a imaginação da juventude e abrir-lhe o coração à sedução de paixões perigosas, cede insinuando-lhe imagens e pensamentos inteiramente contrários às sagradas máximas do Evangelho. Montaigne, que foi a seu tempo também um grande espírito, já prefligava essa educação tão contrária aos interesses fundamentais do Estado, que repousam no maior número de seleções, para que se obtenha o máximo de resultados profícuos.

Assim pregaram São Jerônimo e São Agostinho, estes dois santos legendários da Igreja, ao primeiro dos quais devemos o plano de instrução que o cristianismo havia pre-

preestabelecido desde o quarto século da era cristã.

Assim, pois, vai o Governo da República cumprindo a letra constitucional e pouco a pouco chegaremos ao apogeu do ideal político de uma nação, que é a formação de núcleos sociais homogêneos, de cuja entrosagem há de sair a harmonia e a grandeza do país.

Sem que nos espíritos se consolide a disposição moral que deve proporcionar a força suprema de direito em todas as suas manifestações, não será possível aos povos e muito menos aos indivíduos estabelecerem essa simetria desejada, que os sociólogos definem como coisa nova, quando a Igreja já a estabeleceu em seus fundamentos: "Homem, tú és pé, e ao pé voltarás."

A idéia de Deus, porém, para estar presente na consciência humana, necessita de hábito, exige que o homem se predispunha lealmente, retamente, para aceitá-la e admiti-la. Eis porque, na construção moral dos indivíduos, a arquitetura só está completa quando o senso do dever, da justiça, da dignidade e do amor se ajustam e se aprimeram. É a simetria interior modelando o homem, e este, expandindo-se e exemplificando, dando corpo e seiva ao agregado social de que faz parte. Por isso dizia S. Thomaz de Aquino "que o sábio se compunha da fusão harmônica do homem de ciência, do filósofo, do artista e do santo."

Infelizmente, essas concepções superiores da personalidade humana parece que vão adormecendo no coração dos homens, e a atmosfera moral em que devia se agitar a vida, dentro do respeito que o direito cria e dignifica, turba-se de tal forma que as auréolas se confundem com os crepúsculos, e os crepúsculos, tomam o aspecto lúgubre e tumular das noites eternas.

As transformações e as mudanças, as alterações e as reformas, as revoluções operadas no seio das socie-

sociedades que melhor se colocaram no avanço das novas conquistas deste século, geraram problemas transcendentais e profundamente complexos para o organismo cambalido dos Estados, acarretando soluções quase imprevisíveis que destróem fragerosamente todas as conquistas anteriores.

Os homens se esquecem como por encanto que a origem e o destino comum de todos, deveriam constituir o fundamento precípue do convívio humano, e daí o abismo para que marcha o mundo contemporâneo, subvertendo todas as normas da moral cristã, mutilando e suprimindo as liberdades dos fracos e dos humildes, numa obcessão alucinante para também esmagar e suprimir a concepção divina, como se o homem, na sua insignificância, não fosse mais do que matéria bruta iluminada pelo Verbo altíssimo e abençoado de Deus!

Esquecem-se de que Deus é o supremo autor de todas as coisas e que a religião paira acima de qualquer concepção de progresso humano, porque é divina, e, sendo divina, é inatingível na santidade de seus preceitos e na imutabilidade de seus dogmas.

Disse um grande padre da Igreja que "os incrédulos não cessam de apelar para a força e a excelência da razão humana, não cessam de exaltá-la com prejuízo da santíssima fé do cristão, sustentando audaciosamente que esta é oposta à mesma razão. Na verdade, nada se poderia imaginar mais insensato, mais ímpio, mais contrário à própria razão; porquanto, posto que a fé esteja acima da razão, nunca pode dar-se entre elas contradição nem oposição real, porque ambas veem de própria Deus, fonte imutável de toda verdade".

Esse atributo divino é inviolável; os homens poderão abjurá-lo por sacrílega heresia, mas dele há de ficar a essência na consciência dos mais puros, para daí frutificar na criação das gerações que hão de vir!

A IGREJA E O RECENSEAMENTO.

Presado cooperador:

Vamos proceder a uma investigação profunda na vida econômica e social do Brasil. O clero deu os primeiros passos nessa obra de extraordinário alcance para o nosso progresso, em tempos remotos, quando não éramos ainda uma nação constituída. Hoje, precisamos também trazer a nossa cooperação à efetivação de promessas a que não é estranha a Igreja, e só por esse meio poderá o Governo do nosso país desobrigar-se delas. É necessário, pois, o concurso de todos, concurso leal, espontâneo, verdadeiro e reto. A Igreja conchama todos os seus fiéis a se incorporarem nessa falange, porque como as da Igreja tem por símbolo - Deus -, esta cruzada tem por lema - a Pátria.-

É indispensável que cada qual dê sua contribuição de boa vontade a esta obra, no lar e na oficina, na escola e na Igreja, por toda parte onde brasileiros ou estrangeiros cooperem para a harmonia e o bem-estar da grande família brasileira. Negar, mistificar, iludir, mentir, serão indignidades de quem quer que as cometa, e a prática cristã só poderia condenar um ato incompatível com a moral austera que a Igreja ensina a todos os seus fiéis, desde a alma de criança até a estrutura indeformável dos velhos.

Que a nossa bem amada diocese, por todos os filhos queridos que a compõem, assim o entenda e pratique. Os nossos vigários, coadjutores e capelães, onde quer que se encontrem, esclareçam de púlpito todos esses objetivos aqui enumerados, e se ensine a toda gente que a afirmação esperada pelo Brasil de todos os cidadãos corresponde a um verdadeiro juramento, e portanto a uma legítima demonstração da nossa própria personalidade. Nenhum motivo de temor, nenhum receio devem prejudicar o

êxito dêsse notável inquêrite, que há de possibilitar melhores dias para a nossa Pátria. Os altos poderes da República querem apenas conhecer qual a profundidade da nossa riqueza patrimonial, através do homem e da terra, da indústria e do comércio, da lavoura e da pecuária, enfim, através de todo e nesse labor nessa trajetória de 118 anos de vida política autônoma. Iste, apenas isto. - Tudo que se venha a afirmar diferentemente é um ato indigno, porque praticado contra a Nação, contra os interesses superiores da Pátria.

Eis, em resumo, as nossas determinações:-

- I - Os Revmes. Srs. Sacerdotes leiam e expliquem aos fiéis, nos domingos e dias santos de guarda as circulares, avisos e instruções que lhes forem enviados pelo Serviço Nacional de Recenseamento;
- II - Aceitem de bom grado a inclusão dos seus nomes nas Comissões Censitárias e desempenhem com arder patrióticos os encargos que lhes forem confiados;
- III - Auxiliem da melhor forma possível os funcionários encarregados de Recenseamento a colher dados e informações exatas, recorrendo mesmo aos livros e documentos do arquivo paroquial;
- IV - Procurem dispor o ânimo da população para a execução de Recenseamento, explicando:

- 1) - que todos são obrigados a prestar as declarações que lhes forem solicitadas para fins de Recenseamento, fazendo ver que em caso de recusa, silêncio, falsidade ou emprêgo de termos evasivos ou irreverentes incorrem nas penas e multas estabelecidas no Decreto-Lei Nacional n. 969;
- 2) - que o Govêrno fará punir severamente os

funcionários pelos abusos e faltas cometidas no serviço de recenseamento;

3) - que as informações prestadas para fins de Recenseamento, de forma alguma se destinam à majoração de impostos ou outras finalidades, tratando-se, tão só, de um trabalho indispensável ao progresso e grandeza de todo país civilizado;

4) - que essas informações só poderão ser vistas ou consultadas pelos funcionários do Recenseamento e não serão franqueadas ao conhecimento ou simples exame de nenhuma outra repartição pública ou organização particular, nem poderão servir para propósitos fiscais e policiais;

5) - que as mesmas, excetuadas as que se destinem expressamente a fins de cadastro, terão caráter confidencial, não podendo ser objeto de divulgação que as individualize ou identifique, nem fazer prova contra o declarante, salve as que forem prestadas de má fé.

Esta a nossa palavra de ordem a todos os católicos do Espírito Santo, para que do nesse pequenino Estado surja um grande exemplo de patriótica disciplina e de nobre compreensão pela grandeza do futuro do Brasil.

Abençoando a V. Revma., subscreve-me

+ IUIZ, Bispo de Espírito Santo".-

Em ação simultânea distribuíram-se palestras às crianças das escolas primárias e secundárias, sendo o 13 de Maio evocado em todos os grupos escolares e ginásios, acomodando-se o tema histórico dentro do argumento centrípeta, que era a divul-

divulgação da idéia censitária.

Dessarte, afirmava-se um considerável esforço partide de todas as direções, porque no interior as Comissões Censitárias, o padre, o professor, o paster protestante, prestigiados pelas autoridades locais, iam desbravando a selva virgem que encontraram nas massas populares, sem tradição e sem exemplos, num passado recente, que se ligassem ao empreendimento notável em via de realização.

Havíamos, assim, passado do período de prepare da opinião pública para o de intensa divulgação.

Finalizando o relatório mensal de Maio do ano passado, referindo-nos à instalação da última Comissão Censitária, era-nos possível assinalar: "O esforço despendido para chegarmos a esse resultado, não alterou o ritmo dos trabalhos ordinários desta Delegacia, que tem a seu cargo a responsabilidade da propaganda, nas suas relações externas. Dêsse contato com as populações do interior, ficou-me a convicção de que nenhum outro elemento supre a palavra na elucidação do assunto como o recenseamento, que exige elaboração e boa vontade de todos os indivíduos. O jornal, pelas deficiências econômicas que no interior se apresentam cada vez mais crescentes, não penetra nem mesmo nas camadas médias de opinião. E o rádio, onde existe, das circunstâncias dramáticas que enlutam a humanidade presentemente, não permite outra preocupação que não esteja ligada à guerra européia. Ao lado da palavra, destinada a promover só por si a coordenação de opiniões, a outra parte vai caber ao soldado modesto desta grande campanha - o recenseamento."

IMPrensa E RÁDIO.

V. Excia. não ignora que a minha atuação na orientação jornalística da campanha censitária foi um motivo

constante de exaltação patriótica, de ardor cívico que não se exprimia apenas nas assembléias a que me dirigí, mas, igualmente, se revelava em todos os actos cuja publicidade partia da Delegacia Seccional da 1a. Região. Confirmam esta assertiva, os três volumes de recortes que enriquecem o arquivo em mãos de V. Excia. Durante 18 meses conseguí manter a cordialidade inicial, sem intermitências, com todos os jornais do Estado e particularmente com os da capital, numa campanha que jámais pode retribuir a menor parcela dos serviços recebidos, jámais pode premiar, por qualquer maneira, sequer a publicidade de primeiro dia. Não houve, portanto, equivalência, nem económica nem política, porque os encargos de que dispúnhamos eram poucos e mesmo assim não pediam constituir aspiração para o mais modesto plúmbeo.

Nesse período, atravessamos uma longa fase de sérias incompatibilidades entre os directores dos dois matutinos da capital, sendo necessária uma certa dose de equilíbrio nas relações consuetudinárias que precisávamos manter, afim de se evitarem possíveis represálias com repercussão na publicidade dos serviços.

E não foi só a matéria manipulada pelo serviço, isto é, aqui elaborada, que teve a divulgação desejada. Tudo que a direcção geral encarava, mesmo a título de excepção, entrevistas, discursos, opiniões de técnicos ou opiniões políticas, tudo conseguimos veicular sem prejuizo dos assuntos de interesse local, a que damos feição própria.

Cabe aqui uma referência especial sobre esse assunto. Em se tratando mesmo de questões de ordem geral, não se póde prescindir do argumento que graga as cores locais, que envolva pessoas, coisas e fatos concernentes ao meio no qual se propaga a idéia ou se busca conquistar a opinião.

Atendendo a esse fenómeno de ordem económica, tivemos desde a primeira hora a preocupação de dar a toda

matéria de propaganda feição peculiar ao meio, não nos utilizando dos boletins de publicidade da Divisão, que se tornavam na generalidade dos casos inadequados e inexpressivos. Não é aqui uma questão de forma, que o burilador consegue esculpir em qualquer parte, numa banca de jornal ou numa repartição pública, e que interessa. É o ambiente, são as nuances locais, com os seus gestos, as suas preferências, as suas idiosincrazias, os seus defeitos e as suas diferenças, os seus decalques e as suas virtudes. As Comissões Censitárias, o professorado, os colaboradores espontâneos da propaganda, o clero, o proletariado, é que forneceram a matéria com que diariamente enchíamos as colunas dos jornais, despertando e estimulando o desejo de melhor servir nestes diferentes grupos sociais, criando dedicações dentro deles e utilizando-as em benefício da ideia geratriz. Mesmo com as restrições próprias às deficiências do meio, dada a circunstância de não ser trivial o uso do jornal no interior, se com os elementos de localismo que pudéssemos obter não fosse possível criarmos uma epiníio, muito menos sê-lo-ia por processos estranhos.

A ideia central haveria de constituir o argumento essencial - o recenseamento. Mas a reupagem, o adorno, a forma de vestir o pensamento, precisariam buscar substância nos próprios círculos a que se destinavam. Se, como acreditamos, nos outros Estados esta observação não escapou a delegados regionais ou seccionais que tomaram a si a tarefa de comentário jornalístico diário, ipse facto reunimos às nossas extenuantes responsabilidades mais esta, sem o acréscimo de vantagens económicas e, mais que isto, sem compensações meras vinculadas ao exercício da função.

Jámais constituiu essa orientação mera presunção nossa. Ao revés, com o objetivo superior de dar à campanha elementos de êxito e de evidente utilidade, é que fomos obrigados a considerar inexistente a Divisão de Publicidade, pro-

procurando apenas servi-la, como invariavelmente o fizemos, nas publicações de caráter especial a que já nos reportamos anteriormente.

Assim é que justificamos a sugestão, para o recenseamento futuro, de se criar uma seção de publicidade anexa a cada Delegacia Regional, a qual será orientada pela Divisão Geral de Publicidade, mas ficará com absoluta autonomia intelectual no que concerne à elaboração de comunicados e cementários para a imprensa.

As atividades radiofônicas foram tão assíduas quanto era possível se esperar. As más condições técnicas da Rádio Clube do Espírito Santo, agora sensivelmente melhoradas pela interferência direta do Governo Estadual, durante o período mais intenso da propaganda não teve a utilidade que seria para desejar-se. Isto, porém, não corre por conta de qualquer obstáculo criado propositadamente aos serviços; a deficiência de material em uso e as interrupções então habituais é que respondem pelo pouco aproveitamento que fizemos da nessa estação emissora. Ainda assim ocuparam o microfone os intelectuais Augusto Lins, Ciro Vieira da Cunha, Cristiane Fraga, Nelson Almeida, Mário Freire, Alvimar Silva e Padre Wenceslão Carvalho, alguns repetindo-se, numa demonstração evidente de boa vontade e cooperação que os fazem credores de inequívoco reconhecimento.

A ESCOLA:

Conseante nos referimos anteriormente em sucinto cementário, na escola é que encontraremos o material mais acessível à propaganda, com o qual iríamos dar à campanha a culminância por ela atingida. Evidentemente, poucas oportunidades terá o professor espírito-santense para servir às instituições, e as instituições por sua vez não terão muitos ensejos tão adequados para serem focalizadas e estudadas, como na jornada cívica

da pregação censitária. Ao lado das caravanas que se formavam na quase totalidade dos municípios; do clero, que, em várias paróquias, realizou uma metódica penetração nas camadas populares; dos colaboradores de outras igrejas evangélicas; da contribuição dos membros das Comissões Censitárias nos seus respectivos distritos, a escola teve um papel excepcional, quer na divulgação do processo adotado desde os primórdios da propaganda, por meio de palestras utilizando todas as datas nacionais de permeio com o recenseamento, quer nas que foram organizadas diretamente pelo Serviço e distribuídas aos membros das Comissões Censitárias, para exortarem as populações do interior a colaborar com entusiasmo na parada cívica que a nação preparava através do recenseamento.

Assim é que a Delegacia Seccional da 1.ª Região lançou, nos primeiros dias de Junho, para as crianças espiro-santenses, uma legítima tese constitucional. - "Conversa entre dois compadres". - O test devia ser interpretado por meio de gravuras, porque o desenho servia por várias facetas aos objetivos da campanha: interessava à professora, interessava ^{ao} os alunos e paralelamente à própria família deste, pelo motivo de curiosidade que continha no seu texto, e por constituir ao mesmo tempo um divertimento para os serões familiares.

É necessário recorrer-se ao arquivo do Serviço para se ter uma ideia exata de sucesso que logrou a propaganda com a vulgarização deste test, - para o qual instituiu V. Excia. quatro prêmios, elevados depois a seis, em consideração ao elevado número de trabalhos apresentados. Eis o texto:

"Compadre, esse negócio de muito filho é um péso danado. Eu tenho lá em casa uns 11, a Miluca, o Pedrinho, a Josefa, e Janjão, a, a (eu ia até esquecendo) a Mareca, gente que nunca mais acaba, seu compadre, torço as orelhas para tocar essa música

música. -

Mas compadre, e dr. Agestinho me disse que a Constituição agóra garante a educação dos filhos da gente.

Será que garante, compadre?

Garante, sim. Dr. Agestinho leu o artigo para mim e se a gente não puder dar uma profissão ao filho, o govérno dá.-

Isso, meu compadre, seria um bilhete premiado. Bastava esse auxílio para todo chefe de família se julgar feliz. Com uma ajuda assim a gente tinha mais coragem para viver, porque meu compadre, quando um homem pensa que póde morrer deixando tanta gente a tóa, fica frio...

Pois compadre, e dr. Agestinho me disse que a Constituição também garante as famílias grandes.

Garante com que, compadre?

Garante é um modo de dizer, compadre, talvez errado. - Protege.

Protege, compadre? - Como é que o govérno póde me proteger se êle não me conhece nem sabe que eu tenho 11 filhos?

Pois é para saber de tudo isso e conhecer a vida de todos os brasileiros que o Dr. Getúlio Vargas vai mandar fazer o recenseamento em todo o Brasil.

Então, compadre, teque: vamos ao recenseamento."

Simultaneamente com a campanha ilustrada, duas outras se agitavam ao mesmo tempo, com repercussão na imprensa: a de escoteiro e a de prêmios aos recenseadores, de que falei no capítulo correspondente. A toda contribuição escolar recebida, dirigida à Delegacia a meu cargo, sobre o tema "Conversa de dois compadres" foi endereçada a seguinte circular, lida posteriormente, na Hora do Brasil, para todas as crianças brasileiras:

"Meu Pequeno:

Recebi e li com muito prazer sua cartinha, que revela o interesse que Você está tomando pelo recenseamento.

Esse interesse merece minha melhor simpatia e, certamente, quando o nosso preclaro presidente da República Dr. Getúlio Vargas, souber que há, no Espírite Sante, crianças como Você compenetradas do dever cívico de prestar também sua contribuição ao Censo Nacional, ficará por certo satisfeito e desvanecido, porque tal demonstração é sem dúvida um índice da boa formação moral da mocidade escolar espírite-santense. Envie-lhe, pois, meus parabéns, porque tanto o Delegado Regional do Serviço Nacional de Recenseamento, dr. Armando Rabele, como eu, - de mais alto e mais humilde funcionário - todos estamos vivamente interessados por colocar o Espírite Sante em lugar de destaque entre as outras unidades da Federação, na execução do recenseamento. Você, pois, meu pequeno, com a sua carta deu-me grande satisfação, porque esse ato é antes de tudo uma alta prova de civismo. - E sabe você o que é civismo? - Pergunte-se à sua professora, e ela lhe dirá que civismo é amor ao Brasil, e às suas coisas, é disciplina, é espírito de sacrifício e de renúncia para bem servir à nossa terra, é uma invencível deliberação por honrarmos a nossa Pátria, é o desejo e a vontade de sermos ao mesmo tempo dignos dela. A qualquer chamado seu, todas as outras vezes emudecem, porque sem uma Pátria livre, grande, respeitada e forte, não vale a pena viver, meu pequeno, a vida não tem preço. Todas estas coisas que você adora, a casa paterna, tenha apenas um pedacinho de quintal, ou seja uma fazenda, os campos, as cachoeiras, as fábricas, tudo isso tem uma expressão só, são dependências de uma grande usina - que é o Brasil. O homem entra nesta usina como simples fator de progresso, como unidade que, aliada às demais, constitui a grande família brasileira. É, pois civismo, todo nesse concurso para que se torne cada vez mais forte e admirado o nosso querido Brasil. Por isso é que eu lhe disse que você está praticando um

áto de civismo: - e recenseamento vai servir para vermes, com es-
nesses próprios olhos, e que contém essa usina, os seus imensos
campos de criação, seus parques industriais, seu comércio, suas
grandes fazendas de café, de cacáu, de cana, de algodão, de arroz,
de fumo, de cereais; sua mineração; suas estradas de ferro e de
redágem, seus barcos de transporte e de cargas, suas cidades, com
o número de habitações de cada uma, sejam palácios ou casas tes-
cas de campo; seus hospitais, suas casas de caridade e de assis-
tência - e orfanato, onde o Estado recolhe e mantém as crianças
desamparadas, e o abrigo destinado aos velhos sem arrimo. Faça
idéia, meu pequeno, você vende tudo isso em números, e, ao mesmo
tempe, sentindo pulsar-lhe o coração ao ver-se também integrado
nesse conjunto, filho dessa mesma Pátria, arbusto em formação que
um dia há de ter também seu lugar destacado nesse berberinho onde
se agitam e se aprimeram a nessa inteligência e o nesse esfôrço.
- Eis, pois, o que vai ser a sua colaboração para o grande recen-
seamento de setembro d'este ano.

Recebe sua contribuição com todo o orgulho de minha brasili-
dade pelo que ela vale como expressão das promessas de nossa mocí-
dade para a conquista de um Brasil melhor, e dentro d'ele feliz,
disciplinado e tranquilo e nesse estremecido rincão - a dádívesa
terra espírito-santense."

O escetismo vinha então contribuindo grandemente para facili-
tar a propaganda, nos municípios, onde havia uma arregimentação,
uma tropa, um pugile de pequenos soldados de Baden. Fei-lhes
também dirigida a preclamação que para aquí transcrevemos, lida,
igualmente, na "Hera de Brasil" para todos os esceteiros da Pátria:

Vitória, 16 de julho de 1940.

- Esceteiro:

O Serviço Nacional de Recenseamento

Este Estado teve notícia da férra porque agistes em celaboração com os seus funcionários, prestando-lhes o concurso de que seis capazes.

Evidentemente, surpresa seria - e das mais graves - se um escoteiro deixasse de praticar ações nobres, porque a nobreza é precisamente o flôrão que está inculpido no cajuado que empunhaís.

Que vos posse dizer eu de escotismo, depois daquele flôrilléio com que o gênio de Bilac pintou a vossa arte e o vosso ofício? - Sentinelas da Pátria, aprendeis nas mardugadas em que despertais para o vosso labor, a ser fortes e virís. E no espírito de solidariedade do vosso grupo constitue-se uma nova família - desdobramento daquela que ficou no lar - com os mesmos deveres e as mesmas afeições, e que equivale dizer amor, respeito, celaboração e renúncia.

Na lição de um dos maiores homens do Brasil e da América -- Ruy Barbosa - "a Pátria é a família amplificada. E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de ventade, uma desestudada permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas. Multiplicai a célula, e tendes o organismo. Multiplicai a família, e tereis a Pátria."

Nesta escola é que forjais o vosso caráter, enrijando os nervos e os músculos ao ar livre e enrijando o espírito nas boas leituras, de cujo lastro vai-se formando a vossa cultura juvenil. Um bom escoteiro não trai, não mistifica, não confunde o bem com o mal, não tripudia sobre o infertúnio alheio, antegozando as desgraças do próximo. Sabe ser forte, sendo sobretudo humano. Não recua por covardia nem avança por insensatez. Faz do trabalho uma oração e tem no cumprimento do dever seu inclinável código de honra. Disse um grande brasileiro - Pandiá

Calogeras, que "ao trabalho está intimamente ligada a mais sublimada dignidade. É o aproveitamento dos altos dons concedidos por Deus: a vontade, a inteligência, a força, a atividade. Permite ao homem prelongar sua personalidade, dominar os elementos naturais, tirar da matéria inerte e estéril utilidades tangíveis. É a manifestação mais alta da vida. Nada mais sante, mais honroso e mais fecundo do que agir. A seu modo, é uma criação, e Deus a instituiu para que o homem pudesse fazer face às múltiplas exigências de viver."

Eis a vossa força, escoteiro espíritossantense, eis o vosso elegio. Ao trabalho, que é vosso companheiro constante, ajuntais o sentido de solidariedade - tão cede de sabrechade aos vossos espíritos, como parte integrante da vossa própria formação, símbolo e ao mesmo tempo síntese dessa moral magnífica que é a vossa prática constante, sob cujo vigor podem reerguer-se as nações, reformar-se os costumes puluídos, e erigirse códigos capazes de assegurarem a justiça e a felicidade entre os povos.

A vossa contribuição para o Serviço Nacional de Recenseamento, na parte que se relaciona com esse município, é recebida por esta Delegacia com a simpatia que sempre merecis, e com a estima e o apreço a que faz jus a vossa própria instituição.

O Estado Novo é uma esperança, é uma alverada, é um teque de reunir. É uma manifestação da personalidade brasileira. É o facho com que a própria nação vai clarear os seus vaminhos, como vós outros fazeis na escuridade da flores-ta para não perderdes o rumo do vosso acampamento. É o grito de libertação dos párias, que teem filhos e não podem criá-los, nem educá-los, nem mantê-los. É o azerrague suspense sôbre a cabeça de todos os fraudadores de povo, de todos os que até hoje teem se locupletado impunemente com o trabalho e o suor dos humildes.

É uma promessa em via de realização, como um exército em marcha para uma vitória que as circunstâncias asseguraram. O Recenseamento é um test desse regime, porque, descobrindo-se através dele a nação, escondida durante décadas na fuligem dos politiquinhos verazes que só viam os interesses de seu grupo, da sua grei, da sua família, vai aparecer agora toda nua, dentro das suas legítimas realidades, sem as cores de exagero otimista e às vezes ignorante ou mercenário de alguns, e sem as névoas de chumbo com que a malsinam por vezes os derrotistas, que nunca chegaram a pensar neutra coisa senão em si próprias.

Escoteiro de Espírito Santo, soldado de Brasil: - O destino dos heróis é o de morrerem protegendo. - Vêde-o em Deodoro, que, depois de ter dado toda uma existência varonil a serviço da nação, edificou a República, amparando com esse gesto os anseios de liberdade da Pátria. Assim é o nobre destino do escoteiro, porque sobre sua cabeça pesa a responsabilidade de servir com amor às coisas de Brasil, mantendo o fogo sagrado com que os nossos ancestrais souberam servir às gerações que passaram.

O Recenseamento exige que todos o sirvam, mas sirvam com dignidade. Ninguém melhor do que um escoteiro para aparecer com brilho nessa admirável parada de civismo."

A gravura estava, porém, reservada um sucesso desusado. O plano tinha também sua concepção pedagógica. Era uma adstração inteligente, própria a excitar estímulos a ambos - a Professora e o aluno. Os atos humanos estão submetidos a duas ordens de motivos - a emoção e a idéia. A intuição, a penetração, a clarividência, o argumento, não serão mais que emoções convertidas em idéias. O sentimento, de que o dever, a honra, a disciplina, a virtude, enfim, são correlários, não é mais do que a idéia convertida em emoção. A gravura gera o estímulo, o estímulo gera a emoção, a emoção gera a idéia. Eis a razão de

êxito verdadeiramente excepcional de têma distribuído às escolas como um apêlo à arte, à vocação embrionária das crianças, servindo dessarte ao objetivo primordial - à divulgação da idéa censitária, - e supletivamente ao regime, nas lições ministradas cada dia e na própria colaboração da professora, a isso constantemente obrigada pela curiosidade natural do aluno.

No conflito de todos os elementos ou fatores do desenvolvimento social, ainda que estes elementos não sejam percebidos e esse conflito tenha como resultado apenas o sofrimento, como geralmente acontece com o homem sem cultura e sem instrução, ainda assim salva-se nele o desejo racional e conducente que a sua tendência instintivamente alimenta. Essa força inteligente de procurar o indivíduo dentro de seu próprio eu é que dá à fotografia o prestígio indiscutível com que a praticam nas suas campanhas todos os povos de alto nível mental.

Dessarte, depois de um expurgo considerável, V. Excia. oferecia ao honrado governo do Estado, no comemorar-se o decênio administrativo do presidente Getúlio Vargas, uma contribuição inteiramente nova - a exposição de desenho das crianças do Espírito Santo. Era, na verdade, sem que isso constituisse força de expressão, um fato virgem entre nós a iniciativa do Serviço Nacional de Recenseamento.- Foram expostos 1.351 trabalhos, dos quais 978 da 1a. Região.- Dêsse ato, pela sua repercussão e importância, para aqui trasladamos o que disse o "Diário Oficial" de 8 de Novembro:

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE DESENHOS ESCOLARES
NA DELEGACIA REGIONAL DO RECENSEAMENTO.-

Como parte integrante dos programas das comemorações do decênio do governo profício do exmo. sr. Presidente Getúlio Vargas, realizou-se ontem, às 17 horas, na sede

da Delegacia Regional do Serviço Nacional de Recenseamento, com a presença do exmo. sr. Interventer Federal neste Estado Major João Punaro Bley, Secretários de Estado, S. Exa. Revdma. D. Luiz Scortegagna, Bispo Diocesano, Prefeito da Capital, Desembargadores do Tribunal de Apelação, Delegado Fiscal, Inspeter da Alfândega, Chefe da C. R., Consules e outras autoridades, diretores e professores dos estabelecimentos de ensino primário e secundário, representantes da imprensa e pessoas gradas, a inauguração da exposição de desenhos escolares do concurso instituído nas escolas primárias do Estado, durante o desenvolvimento da campanha em prol do Recenseamento Nacional de 1940.

Usou da palavra o Professor Celares Júnior, que pronunciou o seguinte discurso:

"Sr. Interventer:

O ano passado no prestar contas à nação das grandes realizações projetadas e de caminho que já houvera sido percorrido, disse o egrégio Presidente Getúlio Vargas referindo-se aos transcendentais problemas educacionais: - "Numa ordem nova é imprescindível procurar infundir nos espíritos a disciplina necessária a compreendê-la, praticá-la e aperfeiçoá-la. Ao Estado Novo cabia enfrentar, quante antes, os problemas da educação e do ensino e orientá-los pelos seus postulados, de fêrma a dar às gerações novas o preparo indispensável para participarem ativamente na grande obra de reconstrução nacional iniciada' "

O Serviço Nacional de Recenseamento neste Estado supervisionado por um espírito magnificamente equilibrado, como é o de sr. Armande Rabelo, timoneiro seguro e metódico, aliando às qualidades de técnico estatístico de grandes méritos às de organizador infatigável, teve, no governo e na pessoa de V. Excia. dois auxiliares valiosíssimos. No governo,

pela cooperação com que todos os órgãos da administração participaram das medidas de estímulo e de apreço à execução da nossa tarefa. Na pessoa de V. Excia., pela superior compreensão das dificuldades que teríamos de vencer, dando-nos, por isso, o apoio constante da sua experiência, dentro de uma verticalidade moral que nunca se alterou, assim possibilitando-nos tal liberdade de movimentos que nada lhe faltou para que fosse completa.

A exposição que V. Excia. inaugura, sr. Interventer, é um ato de fé e de brasilidade. A Delegacia Regional de Recenseamento no Espírito Santo esteve sempre a serviço de uma e de outra. Quando pôde falar à mocidade e ao povo, teve sempre o cérebro e os olhos erguidos para o alto. O Estado Novo é o reconhecimento político das nossas fronteiras morais e econômicas. É um estágio, uma ascensão, uma escalada. Projetando-nos para dias melhores que hão de vir, com ele haveremos de dar corpo, seiva e vigor ao organismo nacional. O Estado Novo não é uma panacéia para desiludidos e inválidos morais, é um toque de avançar, é uma nação em marcha. Dando-nos a Constituição de novembro, reacendeu na alma popular esperanças que o sofrimento prolongado fustigara e quase vencera. Esta Constituição, no campo das idéias, é uma bandeira, no campo das realidades já é uma conquista que ninguém mais nos arrebatará. Os três volumes que constituem nesse acervo de propaganda censitária, trazem esta marca, estão vinculados a essa idéia. Eis porque, Sr. Interventer, o tema distribuído às crianças do Espírito Santo foi uma tese constitucional. Ela, por si só, modelaria a fisionomia política de um regime. E nós sabemos que o Presidente Vargas não a insculpiria em vão na carta política de novembro. Iluminados por essa fé, que pontilha de claridades alviçareiras as vigílias de pensamento e alcandora os nesses caminhos de esperanças que o ceticismo não vence nem esbarte, demos esse motivo às crianças do Espírito Santo e tivemos a resposta que aí está. Ela não se dirige a nós outros que respon-

respondemos por este Serviço: não se dirige mesmo ao governo de V. Excia. nem se circunscreve apenas às aspirações e ao idealismo do povo capixaba. Ela é uma página emotiva escrita para o Brasil, das crianças da nossa terra às suas irmãs da grande pátria comum."

A ATIVIDADE DAS DELEGACIAS MUNICIPAIS
VIGILÂNCIA NA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS
INTERCÂMBIO FUNCIONAL DA DELEGACIA RE-
GIONAL COM A DELEGACIA SECCIONAL DA
1a. REGIÃO.-

Processou-se com absoluta regularidade o funcionamento de todas as delegacias municipais da 1a. Região. A única substituição efetuada foi a do delegado de Santa Cruz, em quem reconheci, dois meses depois de o haver nomeado, não possuir as qualidades indispensáveis, mesmo reduzidas ao mínimo, para o exercício da função. As demais verificadas obedeceram ao curso normal dos serviços e tiveram o caráter de acesso, constituindo, portanto, para esses delegados, uma afirmação de mérito, com a revelação dos quais era possível exigir-se dos mesmos maior soma de responsabilidades.- Assim, pois, se verificou a transferência do delegado do município da Serra para a Capital, partindo de V. Exa. a iniciativa, por caber-lhe privativamente esta escolha; do delegado do município de Espírito Santo para Insperter da 1a. Região; e do delegado de Cariacica, já praticamente ultimados os trabalhos, na dependência apenas de revisão, a 31 de Janeiro deste ano, por haver exigido o Prefeito que o mesmo reassumisse as suas funções primitivas.

A diversidade das atribuições dos delegados municipais não recomendava a substituição frequente de tais auxiliares, por serem excessivamente baixos os ordenados, complexa e transitória a função. Ademais, V. Exa., reunindo

nesta Capital todos os delegados municipais para o conclave de Julho, ainda que dêle os resultados práticos não fossem tão expressivos como esperávamos, contudo havia se fortalecido nesse convívio o senso da responsabilidade, e esses liames tinham importância capital no desenvolvimento futuro dos trabalhos. Nestas condições, em relação a alguns delegados de compreensão mais tardia, que tiveram de ser frequentemente ajudados por esta Delegacia, como os de Santa Cruz, Santa Leopoldina, Afense Cláudio, Guarapará, Fundão, Viana, etc, achei mais aconselhável cooperar com cada um deles na medida do possível, dispensando-lhes cuidados assíduos quer pessoalmente quer por intermédio do Inspetor da Região, a ter de os substituir nas respectivas funções. Aliás, entre tais delegados mesmo, alguns nem por isso deixaram de merecer desta Delegacia considerações especiais: assim os de Fundão e Viana, o primeiro encerrando os trabalhos de coleta censitária a 8 de Outubro, logrando dessarte a preeminência em todo o Brasil, e o segundo revelando ininterruptamente uma assiduidade tão notável, um interesse tão acentuado por todos os deveres do cargo, que suprimam plenamente a desvantagem anteriormente apontada.

Aliás, foi evidentemente acertada esta orientação de não mudar: prova-o a delegacia de Santa Cruz. O funcionário substituído mostrava-se excessivamente tímido e, se frende de uma surdez muito adiantada, receei que, mesmo ajudado, pudesse sacrificar os interesses do serviço. Sua substituição, porém, não foi feliz, com a desvantagem de que o sucessor esquelético, não conhecia suficientemente bem o território do município de forma que desde a data de tal providência, passou o município de Santa Cruz a constituir um pesadele no meio da multiformidade de afazeres que pesavam sobre a delegacia a meu cargo. O delegado de Santa Leopoldina revelou-se incapaz para o exercício da função. Mas, tanto por considerações políticas que desaconselha-

desaconselhavam a substituição, por se tratar de um filho de Prefeito, como pelos motivos aqui já indicados - complexidade de atribuições, transitoriedade funcional e ordenado ínfimo - entendi que seria preferível à conveniência dos serviços, a destituir o delegado e dar-lhe sucessor, suprir por meio de uma vigilância assídua as deficiências ^{verificadas.} do serviço. A experiência demonstrou que ainda neste caso agimos com acerto. O delegado de Afonso Cláudio não conseguiu também desembaraçar-se das primeiras dificuldades funcionais. A divisão de município e o prepare dos recenseadores foram realizados pelo Inspetor da Região, por não haver podido se desincumbir da tarefa o delegado.

Não deixa de ser precedente a sugestão dos delegados de Itaguassú e Baixo Guandú. Discordando, como discordei, no que toca às Comissões Censitárias, entendo que, para o recenseamento futuro, nenhuma delegacia municipal de recenseamento deverá instalar-se sem que dispense, no mínimo, de seis meses de antecedência para a data de início dos trabalhos de coleta. Esse prazo é indispensável para o funcionário ambientar-se com as exigências do cargo, proceder ao levantamento dos cadastres dos censos econômicos, de transportes e de serviços, realizar sem afogadilho a divisão de município e efetuar o prepare conveniente dos recenseadores, orientando e desenvolvendo a propaganda, nesse espaço de tempo, com o máximo de eficiência junto aos demais órgãos para esse fim aparelhados. Iste evitaria o trabalho imenso das Delegacias Seccionais, não só quanto ao controle de todas essas atividades, como em relação ao aproveitamento e rendimento delas. A multiplicidade de afazeres do delegado gera uma certa perplexidade que se aproxima da confusão, na generalidade dos casos. Torna-se imprescindível, para vencê-las, o estímulo da chefia, o encorajamento constante mesmo aos mais capazes, com o fim de se evitarem substituições de última hora, que redundariam fatalmente em fracasso.

A distribuição dos cadastres econômicos pela Delegacia Regional, conquanto seja uma sábia providência quando o delegado municipal está completamente às escuras, como aconteceu entre nós, não atende de maneira plenamente satisfatória à lisura que deve presidir à execução dos censos, porque, não só se torna muito laboriosa a revisão, pela pouca familiaridade do Delegado com a espécie em referência, como porque, não tendo sido obra sua aquele levantamento, embora conhecendo a fundo seu município, a experiência demonstrou que não lhe é possível verificar com rapidez as deficiências apresentadas na entrega do serviço coletado no respectivo setor.

Exclusive a capital, as delegacias municipais da 1ª. Região poderiam se dividir em três categorias, a julgar não só pelo mérito dos serviços executados como pela disciplina, pelo esforço constantemente demonstrado no exercício da função, alteando-se e elevando-se cada vez mais pela eficiência e por uma sábia e esclarecida compreensão. Pertencem ao primeiro grupo: - Celatina, Fundão, Santa Teresa, Baixo Guandu, Domingos Martins, Anchieta, Serra e Itaguassú; ao segundo: - Afonso Cláudio, Páu Gigante, Cariacica, Espírito Santo, São Mateus, Conceição da Barra, Alfredo Chaves e Viana; - ao terceiro: - Santa Cruz, Santa Leopoldina e Guarapari.

Era possível à Delegacia Seccional comunicar-se por telefone com 12 dos municípios acima enumerados. A vigilância na orientação dos trabalhos pedia ser, dessarte, grandemente facilitada. Todas as instruções foram, de um modo geral, reproduzidas verbalmente, simplificadas e esclarecidas nos detalhes que porventura ainda oferecessem alguma controvérsia. Essa contribuição valiosa pertence ao Serviço Telefônico do Estado, cuja colaboração relevantíssima deixo aqui consignada, acrescentando a sugestão de solicitar V. Exa. oficialmente ao Sr. Presidente da Comissão Censitária Nacional que oficie ao excelentíssimo

excelentíssimo Sr. Interventer Federal agradece aquela notável coopeção, encarecendo o zelo, a boa vontade e o espírito de lúcido patriotismo que demonstraram os modestos servidores do Centre Telefônico Estadual em todo curso dos trabalhos, sem restrição quante a qualquer daquelles dedicados servidores.

Atendendo à delicadeza do momento internacional que atravessamos e de modo particular aos interesses econômicos do Estado, deixe também aqui uma referência à evidente vantagem que adviria quer para a região quer para o governo, se se fizesse a ligação telefônica de S. Mateus a Vitória, com duas estações intermediárias em Santa Cruz e Linhares, respectivamente.

Essa providência teria vantagens indisputáveis para o desenvolvimento econômico de toda aquella zona rica e úbera, possibilitando sobretudo aos poderes públicos o conhecimento imediato de surtos endêmicos que de quando em quando ali proliferam, atrestando a saúde de uma população valerosa e fundamentalmente, radicalmente brasileira.

O intercâmbio mantido, durante esses dezoito meses, entre a Delegacia Regional e a Seccional da 1ª. Região foi ininterruptamente amistoso e cordial, dentro de uma única finalidade, que era a de obterem uma e outra o máximo de perfeição para os serviços a seu cargo.

Acredite que poucas vezes dois homens tenham se encontrado com tão resoluta disposição e afinidades tão profundas no encararem ambos os deveres funcionais a que estavam adstritos. Jamais me obliterei o senso da responsabilidade e pensamento subalterno de que não era a mim que iriam caber os leões da jornada. Acima de V. Exa. eu celebrei, desde a primeira hora, os interesses imprescritíveis do Espírito Santo, a responsabilidade decorrente da execução de uma iniciativa cuja importância nos era fundamental, com ela transcendendo e nobili-

nebitante estímulo de celaberar na melher colocação poſſível para a neſſa terra, no prélio em que íamos tomar parte. Eſſa reſolução não teve ſolução de continuidade, não ficou jamais cotingenciada, por um momento ſequer, a qualquer circumſtância que a ſubalternasse. Não havendo me aſtado para qualquer fim de exercício de minhas funções, as relações de cordialidade com que iniciamos a neſſa tarefa foram as meſmas com que vimos de concluir, acceſcidas d a cunfiança, de reſpeito e da profunda admiração que hoje tribute a V. Exa, pelas conſtantes demonſtrações de ſua inequívocas qualidades de homem público.

É pois, com deſusado prazer que cunſigne eſſe fato, certo de que, a propeção que mais complexas ſe tornam as relações entre governantes e governados, pelas exigências cada vez maiores da coiza pública, homens de teor de V. Exa. eſtão deſtinados a exercer papel relevante no mecanismo administrativo de qualquer nação, e particularmente de neſſe país, onde há ainda a ſe reſolverem problemas de grande transcendência.

Neſſe intercâmbio, eſtava também comprehendido o trate diuturno que a Seccional a meu cargo precisava manter com a Secretaria da Regional, cujo ſerventuarie ficara com a função privativa de tefeureiro geral dos ſerviços. Apesar da rapidez exigida no atender às requiſições dos delegados, a deſpeito de todas as concessões que, dentre das normas regulamentares, eſtávamos ſempre diſpoſtos a fazer aos recenseadores, facultando-lhes recursos com que pudessem ultimar ſem vexame os trabalhos de coleta que lhes eſtavam confiados, a deſpeito deſſa multiplicidade de providências, tudo ſeguiu na mais abſoluta ordem e na la. Região não eſcerreu um deſliſe que perturbasse, em qualquer época, o curso e a normalidade deſſas relações.

O Sr. Otávio de Faria Espíndula merece, pois, que lhe ſeja cunſignado aqui um alegio per eſſa invariável conduta, que aſſim concerreu para tornar mais eſtreitos e

mais sólidos os vínculos de trabalho e de cooperação entre as
nessas delegacias.

NOMEAÇÃO E PRÓ-LABORE DOS
RECENSEADORES

CUSTO DOS SERVIÇOS DE COLETA
NA 1a. REGIÃO

Foram nomeados 239 homens para a 1a. Região, dos quais 30 por V. Exa., destinados à capital, e os restantes, pela Delegacia Seccional, assim descriminados: Celatina, 26; Afonso Cláudio, 18; Dominges Martins, 18; São Mateus, 17; Santa Teresa, 13; Espírito Santo, 12; Santa Leopoldina, 11; Páu Gigante, 11; Itaguassú, 10; Santa Cruz, 9; Fundão, 9; Baixo Guandú, 9; Guarapará, 8; Conceição da Barra, 8; Anchieta, 6; Viana, 6; Alfredo Chaves, 6; Cariacica, 5; Serra, 4; e Vitória-zona rural e distritos - 3.

Foram pequenas as dificuldades surgidas no transcurso dos trabalhos. Apenas no município de Itaguassú se processou uma espécie de movimento para abandono geral dos serviços, depois de feita a coleta urbana e suburbana, ao qual respondi com a energia necessária, mandando substituir imediatamente os elementos que haviam estabelecido condições para continuarem em serviço, responsabilizando o delegado por qualquer attitude de indisciplina que porventura se repetisse. Foram, dessarte, enviados para aquele município três rapazes que já tinham experiência adquirida na capital e deram satisfatório desempenho às suas tarefas. Também no município de Santa Cruz se verificaram desistências de última hora, às quais incontinenti supri, tendo prosseguido os trabalhos com absoluta normalidade até o fim, exceção apenas das dúvidas levantadas nos seteres limítrofes de Páu Gigante, a que já me referi anteriormente. As demais

substituições que se fizeram, insignificantes aliás, e fôram por meléstia adquirida, na própria execução dos serviços, pelos recenseadores substituídos. A 1a. Região manteve, pois, uma disciplina rígida e inflexível, sob todos os aspectos - morais e materiais - do delegado ao recenseador. Essa disciplina em época nenhuma esteve condicionada a motivo estranho ao serviço, e, conforme terei ainda ocasião de referir-me neutro capítulo, mesmo depois de cessada a função ela ainda assim subsistiu íntegra e perfeita toda vez que se fazia necessário qualquer ato ou esclarecimento atinente ao cargo exercido.

CUSTO DOS SERVIÇOS DE COLETA:-

Atingiu à soma de Rs: 328.656.200 - o total de pré-labore pago aos recenseadores da 1a. Região, assim distribuído por município: -

Vitória	19:725\$000
Afonse Cláudio	29:867\$800
Alfredo Chaves	8:964\$900
Anchieta	7:207\$800
Baixé Guandú	16:593\$500
Cach. de Santa Leopoldina	17:949\$200
Cariacica	9:716\$000
Celatina	58:072\$100
Conceição da Barra	7:592\$400
Dominges Martins	17:514\$300
Espírito Santo	8:845\$200
Fundão	7:269\$600
Guarapará	9:434\$600
Itaguassú	15:574\$500
Páu Gigante	11:098\$400

Santa Cruz	15:968\$700
Santa Teresa	20:460\$000
São Mateus	34:394\$400
Serra	5:515\$800
Viana	6:892\$000
	328:656\$200 .-

O resultado dos censos na 1a. Região foi o

seguinte:

Censo Demográfico-:

População urbana	72.540 habitantes -
" suburbana	23.262 "
" rural	292.684 "
Total	388.486 "

Censo Agrícola-:

Propriedades recenseadas ..	27.630
Unidades recenseadas per	
questionários especiais ...	497
Total	28.127

Censo Comercial-:

Unidades recenseadas	
inclusive per questionários	
especiais	1.792

Censo dos Transportes e

Comunicações-:

Unidades recenseadas	50
----------------------------	----

Censo Industrial-:

Unidades recenseadas	
----------------------	--

inclusive per questionários
Especiais 466

Censo dos Serviços-:

Idem, idem 863

Paralelamente, os resultados da 2a.

Região foram os seguintes:-

Censo Demográfico-:

População urbana43.038
" suburbana22.262
" rural304.749
Total340.049

Censo Agrícola-:

Propriedades recenseadas 15.031
Unidades recenseadas per
questionários especiais 475
Total 15.506

Censo Comercial-:

Unidades recenseadas
inclusive per questioná-
rios especiais 1.479

Censo dos Transportes e

Comunicações-:

Unidades recenseadas 46

Censo Industrial-:

Unidades recenseadas
inclusive per questioná-
rios especiais 400

Censo dos Serviços-:

Idem, idem 1.104

A 2a. Região compreendia apenas um território de 9.747 quilômetros quadrados, com a Estrada de Ferro Leopoldina bifurcada em três ramais, a E. F. Itapemirim e 46 empresas de transporte.

A 1a. Região, compreendendo o resto do território do Estado, todos os seus acidentes geográficos de importância, com o emaranhado de rios e de córregos afluentes da vasta bacia do Rio Doce e do São Mateus - braços Norte e Sul -, a lagêa Juparaná e o imenso chapadão coberto de mata virgem de Linhares a São Mateus, terminava todo serviço de coleta a 15 de Janeiro, permitindo assim ao Espírito Santo o 1º lugar no Brasil, se a inépcia alarmante do Delegado Seccional da 2a. Região, tardiamente afastado, não houvesse sacrificado esse esforço tão duramente levado a efeito. Essa referência não devia entrar aqui por pertencer a V. Exa. o direito privativo de censurá-la. Mas, cabendo-me conquistar essa primazia para o Espírito Santo, e legando consegui-la, é justo que lamente mãos inábeis houvessem-na selapado.

As relações de propriedades rurais conhecidas na 1a. Região e distribuídas aos respectivos delegados atingiram apenas à cifra de 19.415. Foram, portanto, recenseadas mais 8.215, fado esse que representa talvez o maior esforço dos delegados. A propriedade entre nós é ainda objeto de jogo, em certos casos. Compra-se a terra do Estado, paga-se à prestação inicial e fica-se à espera de que ela se valorize, ou por meio da ação direta da administração estadual ou municipal - que seria na hipótese a estrada de redação, ou na expectativa de empreendimentos da iniciativa particular. Dessarte, faz-se a derrubada,

constróe-se às vezes um casabre de palha e larga-se logo após o terreno. Isto embarçou consideravelmente o recenseamento e em vários municípios os delegados fizeram os seus hemens baterem repetidas vezes o seter, para localizarem e identificarem tais propriedades. Repute, pois, como serviço de alta monta dos delegados municipais essa magnífica apuração, difícil na execução, difícil no manejo do questionário e mais difícil ainda no recolhimento dos dados por ele exigidos.

Propus tabelas especiais para São Mateus e a Encsição da Barra, porque tive ocasião de ver com que sacrifício iria ser feita a coleta ali. Pedí, pois, o máximo que a tabela facultava, não só prevendo desistências enerosas e prejudiciais para o serviço, como ainda para compensar em parte a saúde de quem o recenseador ia pôr em risco, como de fato aconteceu. Poucos foram os que não adoeeceram, e os próprios delegados, filhos da terra, ali criados e adaptados às asperezas de clima, foram ambes atacados de maleitas, vindo se restabelecerem aqui. Dêsse conhecimento é que resultou o haver eu defendido com intransigência melhor paga para o corpo de recenseadores, de forma que o emprêgo não se convertesse numa cilada.

Se o abandono do serviço, desde que se não tratasse de força maior, importava no confisco imediato do pré-labore já conseguido, ao recenseador só restava este dilema: eu continuava a tarefa, levando-a de vencida como pudesse, quando se certificasse de lógre, ou então abandonaria o terreno, com prejuízo de seu trabalho e dos onus d'ele decerridos. Essa situação é que procuramos evitar, estabelecendo normas mais ou menos equitativas para os municípios cujos acidentes eram mais variados e exigiam maior esforço. Conseguimos assim obter uma situação de relativa equanimidade para um meio pobre como o nesse. Em consequência, ninguém ficou amaldiçoando a obra do govêrno, e não atingiu sequer a um cento e quatrocentos mil réis a média de remuneração.

remuneração para cada recenseador.

A REVISÃO DEFINITIVA DOS INSTRUMENTOS DE
COLETA
RELATÓRIOS DOS DELEGADOS - INSTITUIÇÃO
DE PRÊMIOS AOS RECENSEADORES - PESSOAL
DO SERVIÇO INTERNO.-

Fei trabalho insano e da revisão dos instrumentos de coleta. Com a experiência de que nos utilizamos e já referida neste Relatório, chegamos à conclusão de que não havia outro remédio senão repetirmos o que fizera o eminente Dr. Teixeira de Freitas em 1920: embora contrariando as disposições legais, no conclave dos delegados em julho do ano passado, para um curso de aprendizagem e treinamento dos questionários e instruções dos diversos censos, V. Exa. resolveu desde logo desaconselhar a distribuição prévia dos boletins para o censo demográfico, permitindo essa distribuição apenas na capital e na cidade de Cachoeira de Itapemirim, atendendo à circunstância especial de serem os dois centros de cultura mais desenvolvidos do Estado. Comprova o acerto dessa resolução o fato de haver sido um dos piores serviços da Região precisamente o da capital. Além disto, o tempo gasto na revisão dos boletins, se se houvesse dado fiel cumprimento à lei, nos levaria fatalmente a obter várias prerrogativas de prazo, para enviarmos um serviço que estaria muito longe da limpeza e da relativa segurança de que foi executado no Estado.

Para o recenseamento futuro entendemos deveria ser condição primordial dos técnicos incumbidos da execução de métodos e instruções o fato de não serem apenas técnicos mas conhecerem também o Brasil. Esse desconhecimento conduz

a erros graves. O boletim azul, por exemplo, - medêlo C.D.1.01 - deveria ser desdebrado em várias medêlos para estar convenientemente adaptado à vida brasileira.- Já não quero fazer referência aquí a falhas e emissões que o seu preenchimento, naturalmente apressado, deixou caracterizadas. - O traço no quesite 27, as respostas negativas aos quesites 21 e 22 nos casos de recém-nascido, a duplicidade de profissões, a complicação da família, a repetição da resposta afirmativa do quesite 39, em se tratando de esposa, tudo isso dá feição bastante complexa e atrabiliária ao medêlo que, desdebrado de fôrma a atingir situações diferentes e abrangendo sebetude o panorama modesto da vida brasileira, seria, na verdade, de utilidade indiscutível.

A organização e disposição técnica do boletim é, em sua estrutura, verdadeira obra prima. Trabalho de agudeza e penetração saxônica, um verdadeiro tratado de sociologia num punhado de quesites. Contudo, parece-nos que, guardando o mesmo poder de síntese e observando as mesmas características fundamentais, do quesite 28 ao quesite 43 poder-se-iam fazer ligeiras modificações que melhor se adaptassem ao quadro social do Brasil.

Onde, porém, a faculdade da fantasia e da quimera superou tudo que se podia conceber na espécie, foi o boletim amarelo C.A.2.01. Para dar a essa obra prima seu verdadeiro caráter de senhe de fadas, o técnico esqueceu apenas uma coisa: pôr alí um aéreplano de passeio com uma das estrélas de Hollweed, filmando o pequeno paraíso com esse título: "É assim a vida campesina brasileira." Pesse assegurar que os príncipes indús teriam inveja do Brasil, isto é, do nesse homem de campo.

Conheço de visu vários nédeles da civilização brasileira. Em Minas, nas zonas que perlustrei, não tive a fortuna de conhecer uma única fazenda de tão alto estilo. No Espíríte Santo, nenhuma igualmente. Com exceção das grandes

organizações agrícolas de São Paulo, das faustosas instalações dos estancieiros políticos do Rio Grande e dos usineiros de Pernambuco, supenho que muito pouca coisa há no Brasil de tão fidalgo pórtio. Se as populações do interior seubessem ler, e, entre estas, as que seubessem, se dessem à pena de lançar os olhos sobre aquela folha amarela, ter-se-ia feito o maior trabalho de sabetagem contra o regime, que um hábil artista pederia conceber. Se o maestro que compôs tão doce e suave música é estrangeiro, penseu poder nos dar o epíteto de idiotas. Se brasileiro, devia ter tido razões muito ponderáveis para lançar aquele deboche aos brasileiros do sertão ou do brejo, uns e outros numa luta sem treguas para a conquista do pão e da escola para os filhos. Afinal de contas, como nada fazemos sem o concurso da poesia, o meu dele amarelo C.A.2.01 ficará sendo o poema do recenseamento.

O boletim, tecnicamente, é um excelente trabalho. Entende porém que, para tornar mais fácil a tarefa de recenseador, para o recenseamento futuro se deveria organizar em apense um boletim suplementar, compreendendo: a) - instalações e construções especiais; b) - maquinismos; c) - viaturas, na parte referente a veículos motorizados. Simplificar-se-ia dessarte o boletim, maximé em se tratando da pequena propriedade, limitada à casa de morada, ao pequeno pasto, ao quitungo, alguns milhares de pés de café e insignificante porção de lavoura branca. Aos haveres dos mais felizes, ajuntam-se algumas cabegas de gado e aves domésticas para o gaste da família. Eis tudo, e seria o bastante se a maleria dos homens que estão no campo pudessem dispôr de tanto.

A revisão mais laboriosa viria a ser, porém, a dos censos comercial e industrial. Delegados houve que encerraram suas atividades sem terem podido discernir empresa e estabelecimento. Na verdade, no interior a empresa geralmente confunde-se com o estabelecimento. A exploração de negócio é

uma só e os membros componentes dela são os mesmos. Desaparece, portanto, o característico principal da empresa, que é a de estar a administração do negócio aos cuidados e à vigilância de outrem. De um modo geral, é o mesmo indivíduo ou são os mesmos indivíduos que gerem a sua actividade, e seu comércio, ainda que este tenha maiores proporções. A casa de negócio, a trepa, a máquina de café, e às vezes até a fazenda, tudo está englobado no movimento geral da firma. Nas melhores organizações, cada actividade corresponde a um título de razão, para se obterem os lucros e prejuizes no fim do exercício; tem seus empregados próprios, seus técnicos, é debitada pela parte de impostos que lhe cabe e onerada pela depreciação a que porventura estiver sujeita, mas são os mesmos os administradores, isto é, o estabelecimento é que subsiste, a empresa, no caso, é apenas uma classificação jurídico-comercial, por meio da qual ficaram estipulados e definidos certos deveres e certas responsabilidades. Isto nas sociedades de pessoas. Nas firmas individuais, a empresa é, então, o indivíduo. Mesmo quando há filiais, estas não estão sob a dependência de outra administração. Dirigem-na o empregado e a filial é igualmente um título de razão, debitado e creditado de acordo com as entradas e saídas decorrentes do movimento.

Esta compreensão tornou-se bastante difícil para delegados e recenseadores, sobretudo quanto ao preenchimento dos questionários em tais casos.

Pela dificuldade de apreender o questionário e por não ter o recenseador meios de coerção para conseguir que fossem respondidos com seriedade os quesitos fundamentais, podem-se ter como fraudadas, na quase generalidade dos casos, os resultados estatísticos do censo comercial. A parte relativa a capitais aplicados, as especificações dos itens 0031 e 0032, inclusive as que lhes são correlatas - 0043 e 0044, tudo isso não passou de conjecturas. Não presidiu a estas estimativas, na ma-

maieria dos cases, senão e trabalho mecânico de dividir e produ-
te das compras e reciprocamente e das vendas, pelo grupe de arti-
ges principais de estabelecimento. A rigor, aliás, não podia ser
de eutre modo, porque e maior número das casas comerciais de
interior registra sempre capital inferior a cinco centes, para
eximir-se de eutras responsabilidades fiscais. Se, pois, nenhum
registre havia per meis de qual se pudesse fazer tal apuração,
é obvio que só pela estimativa se pederiam preencher tais itens.

O cense industrial, exigindo sempre
melhor organização contabilista, estará talvez menos eivado de
enxertes fictícios. As matérias primas, porém, não estão clas-
sificadas com segurança, e os estoques, quer de matérias primas
quer de produção, foram também nas pequenas industrias tomados
ae acaso. Contudo, da tentativa muitas observações proveitosas
frutificarão e certamente teremos, numa nova inquirição, resulta-
dos muito mais compensadores.

RELATÓRIOS DOS DELEGADOS.

Apresentaram relatórios completos,
munidos das respectivas monografias, os delegados dos municípios
seguintes: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Baixe Guan-
dú, Cachoeira de Santa Leopoldina, Celatina, Conceição da Barra,
Espírito Santo, Itaguassú, Páu Gigante, São Mateus, Serra e Via-
na. Desacompanhados de monografia, circunscritos apenas às ativi-
dades das suas delegacias, os de Cariacica, Dominges Martins,
Fundão, Guarapari, Santa Cruz, Santa Teresa e Vitória. Dêstes,
podem-se considerar dois ótimos relatórios os de Dominges Martins
e Santa Teresa.

Evidentemente, o esforço dos delega-
dos para chegarem a êsse resultado foi considerável, tendo em
vista o ordenado mesquinho - inferior ao de contínuo de qualquer

repartição federal - que lhes coube. Com exceção dos delegados da capital e de Gelatina, nos dezoito municípios restantes andaram es ordenados de 550\$000 para baixo, ajuntando-se-lhes as diárias. Mesmo assim, ocupando-se até a última hora com a revisão do censo agrícola e dos censos econômicos, a quase totalidade dos delegados teve um prêmio raro de compensação: fizeram todos seus relatórios fora de cargo.

Nem era possível ser de outro modo. Quando defendi junto a V. Exa. a prerrogativa de 30 de Abril a 31 de Maio para as delegacias municipais, infelizmente por V. Exa. pleiteada e não conseguida, tive exatamente a preocupação de evitar esse dissabor para quem havia bem servido. As exigências da 1ª. Região não deram tréguas aos delegados. E V. Exa. é testemunha de que, sem exceção de um só, todos se mantiveram dentro da mesma disciplina e atendendo sem selução de continuidade às ordens de serviço até revisionar-se o último instrumento de coleta. E como, só na última semana de Julho, é que encerrávamos a laboriosa revisão dos censos econômicos, equivale isto dizer que estiveram mais ou menos até aquela data prontos às determinações da Seccional os ex-delegados, salvo num ou neutro município em que os agentes de estatística os substituíram nas providências requeridas.

O esforço e a boa vontade desses homens, nos relatórios que apresentaram, não revelam apenas o milagre de que é capaz o indivíduo bem orientado e bem dirigido. Nêles está uma lição de disciplina, da qual não haverá talvez no Brasil muitos exemplos. A 1ª. Região teve somente necessidade de punir um homem, aliás com étimos serviços prestados à população: o cidadão José Geraldo Alvim, que havia saído da Comissão Censitária do município de Páu Gigante, e, nomeado recenseador, se fizera substituir no seter sem prévia autorização nem conhecimento do Delegado. Demitido imediatamente, ficou aí encerra-

encerrado tudo que de anormal ocorreu na 1a. Região. Não se verificou uma transgressão regulamentar partida de delegados ou recenseadores, uma atitude de indisciplina, um movimento qualquer que perturbasse o ritmo de nesse trabalho ou viesse a ser fonte de aborrecimentos para a delegacia a meu cargo ou a cargo de V. Exa. - É, de fato, confortador chegar-se a esse resultado, sem quaisquer transigências que não as aconselhadas pelo próprio interesse de serviço.

Por esse conjunto de circunstâncias entende que o dispositivo legal previsto no § 1º de art. 79 do Decreto-Lei 2.141, de 15 de Abril de 1940, independentemente da aprovação das contas pelo presidente da Comissão Censitária Nacional, devia permitir a restituição da fiança pelo Delegado Regional que é, finalmente, a autoridade responsável no Estado pelo bom ou mau emprego das verbas destinadas aos serviços. Não é justo que se retenha uma parte de salário insignificante a funcionários que bem cumpriram o seu dever, e, em certos casos, foram além do que lhes era exigido em matéria de dedicação e honestidade funcional. Os delegados de Celatina, Santa Teresa, Baixada Guandú, Anchieta, e outros em menor grau, foram admiráveis na constância, na retidão e sobriedade num crescente entusiasmo pela função, revelando a qualidade mais difícil no homem que comanda - a de chegar ao termo da jornada com melhor disposição, com mais vigor e energia do que quando para ela havia saído.

Esses homens, que tiveram de trabalhar sem vencer, depois de haverem prestado suas contas irrepreensivelmente, ainda ficam com parte dos minguados vencimentos na dependência de uma prestação de contas que não está mais vinculada ao zelo com que deviam desempenhar as suas atribuições.

INSTITUIÇÃO DE PRÊMIOS AOS RECENSEADORES.

Iniciando a campanha em prol do recensea-

recenseador, visando certamente atingir maior perfeição na execução dos serviços, dirigí ao sr. Prefeito da Capital dr. Américo Peli Monjardim, a 21 de Julho do ano transato, o seguinte officio: - "Em virtude do entendimento que o sr. Delegado Regional e eu tivemos com V. Exa. sobre vários assuntos atinentes à campanha censitária, inclusive a concessão de prêmios a recenseadores, venho trazer a V. Exa. uma sugestão, que por certo merecerá sua benévola aquiescência.

Nêste momento, não ignora V. Exa. que, por um esforço conjugado de todos quantos se interessam por uma bôa colocação do Espírito Santo no Censo Nacional de 1º de setembro, temos conseguido penetrar em todas as camadas populares, inclusive nas escolas, levando com a propaganda do recenseamento uma palavra de civismo, que se traduza numa cooperação oportuna e profícua às instituições vigentes.

O prêmio aos recenseadores tem assim ampla finalidade: serve aos interesses econômicos do indivíduo, servindo ao mesmo tempo aos objetivos políticos e sociais do novo regime, estribado na promessa de melhores dias para todos os cidadãos de bôa ventade, que tragam sua colaboração honesta, leal e prestimesa à obra de ingente esforço que o Governo Federal precisa realizar em todos os setores da atividade nacional.

Com essa preocupação, dentro da qual se tem norteado o Serviço Nacional de Recenseamento nêste Estado, venho sugerir a V. Exa. a denominação dos prêmios que a prefeitura de Vitória vai instituir, dando-lhes as seguintes designações:

Prêmio Getúlio Vargas -

Prêmio Punaro Bley -

Prêmio Macedo Soares -

Prêmio Carneiro Felipe -

Nada nos parece mais justo do que aliar

uma contribuição de tal valia ao alto merecimento dos homenageados, precisamente quando se realiza, no panorama político da nação, um trabalho exaustivo de seleções no terreno não semente das aptidões e da técnica, como no campo árido e difícil das virtudes cívicas, sem exclusão da moral pública e privada.

Aguardando o pronunciamento de V. Exa., anima-me a certeza de que a sugestão que ora lhe oferece merece a aprovação, passando a constituir a designação acima padrão para todas as demais prefeituras que venham a prestar análogo serviço à campanha censitária no Espírito Santo."

A resposta do ilustre prefeito do município da capital foi a remessa imediata do respectivo decreto ao Departamento Administrativo do Estado, instituindo prêmios aos recenseadores da capital no valor de cinco centos de réis.

A campanha começou desde logo a tomar vulto e dentro de pouco tempo estavam comprometidas todas as prefeituras da 1.ª Região, com exclusão semente do município de Anchieta, pelos motivos esclarecidos precedentemente.

Com os prêmios da capitalé que pudemos fazer os censos econômicos da séda da Região. Haviam se preparado quatro recenseadores, todos contabilistas, especialmente para esse fim. Ao cabo de três meses de aprendizagem e de treino, ao iniciar cada qual o seter que lhe coubera, verificaram todos que mal pederiam conseguir para as despesas pessoais e de transporte, pois não faziam mais que uma média de quatrocentos a quinhentos mil réis por seter. Apresentava-se assim, inesperadamente, uma situação embaraçosa, pois não seria fácil encontrarmos novos elementos que quizessem aceitar o difícil encargo, mediante tão parcimoniosa retribuição. Ficou então des- de logo resolvido incorporar-se metade dos prêmios ao grupo, no que ^{agiamos} agiamos de todo ponto de vista com honestidade, porque na verdade na capital ninguém tinha direito a prêmio senão estes

mesmos homens. Contudo, para evitarmos que nos acimassem de parcialidade, ficou assentado que a outra metade reservaríamos aos recenseadores de censo demográfico. Assinale esse fato em relatório, afim de que no recenseamento futuro se estipule um pré-labore razoável para os censos econômicos dos grandes centros citadinos, de forma a se poder exigir de recenseador um trabalho de investigação mais ou menos profundo, como convém à nação. Nesse caso, se organizariam duas tabelas: uma para os censos econômicos compreendidos nos setores rurais, onde o recenseador seria compensado pelas diversas espécies de coleta; e outra para as cidades, a partir de um determinado número de unidades, onde se pudessem constituir setores isolados.

Ao serem distribuídos, pois, os prêmios da capital, a 19 de Janeiro deste ano, os que couberam aos recenseadores dos censos econômicos, na forma preposta à Comissão Censitária Regional, foram desdobrados igualmente pelos componentes do grupo, beneficiando-se cada um com a quota-própria de 625\$000. Para os recenseadores de censo demográfico, a Comissão Censitária Regional se ateve ao quadro de aferição de serviços levantado pela Delegacia Regional, afastada assim qualquer possibilidade de preferência pessoal na escolha dos nomes beneficiados.

Afinal, encerrando essa magnífica e brilhante campanha, cujos aspectos se tornaram interessantes por diversas facetas - a propaganda, o sentido humano que lhe era imanente e o incentivo para assim obter-se serviço mais perfeito - publicava o "Diário Oficial" de 30 de julho deste ano a seguinte nota:

" A DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS AOS RECENSEADORES
DA 1ª. REGIÃO: -

A contribuição trazida ao Serviço Nacional de Recenseamento pelos poderes públicos do Estado foi sem

dúvida das mais destacadas em confronto com qualquer outra unidade federativa.

A partir da primeira hora, essa centralização se fez sentir por todos os meios, quer prestigiando o Sr. Interventor Federal as autoridades censitárias em todas as circunstâncias, quer permitindo e apoiando o livre exame dos cidadãos melhor indicados para exercerem nos municípios as funções de comando.

Deusánte, o Espírito Santo se apresenta hoje, graças a esse conjunto de motivos, em condições excepcionais, sendo, dos Estados da União um dos que podem sem reservas, afirmar que, embora consistisse o grande Censo Nacional numa verdadeira apuração de todas as fontes vivas do país, em nenhuma delas se apresenta receio de qualquer investigação. Esse critério, essa tranquila segurança, devemos-las à indiscutível precisão com que foram dirigidos os trabalhos do Censo e à serena e esclarecida visão de homem público de Sr. Interventor Punare Bley.

Como correlário dessa orientação, damos hoje o resultado dos recenseadores premiados pelos 20 municípios da 1.ª Região, excetuando-se apenas o município de Anchieta, onde os prêmios foram cancelados.

Município de Vitória:

Prêmio Getúlio Vargas - 2:000\$000 - Ivan Ceutinho -
Prêmio Punare Bley - 1:500\$000 - Amintas Rames -
Prêmio Macedo Soares - 1:000\$000 - Vicente de Oliveira e Silva -
Prêmio Carneiro Felipe - 500\$000 - Dário Oliveira -

Município de Afense Cláudio:

Prêmio Getúlio Vargas - 600\$000 - Augusto Dias de Almeida -

Prêmio Punare Bley - 400\$000 - Christiane Kruger -
Prêmio Macedo Seares - 250\$000 - Bem da Silva Martins -
Prêmio Carneiro Felipe - 250\$000 - João Ferreira da Silva -

Município de Alfredo Chaves:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - Laure Galerani -
Prêmio Punare Bley - 200\$000 - Brasilitale Saudine -

Município de Baixe Guandú:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - José Alves dos Santos -
Prêmio Punare Bley - 250\$000 - João Luiz da Silva -
Prêmio Macedo Seares - 150\$000 - João Gonçalves Martins -
Prêmio Carneiro Felipe - 100\$000 - Eduardo Ewald -

Município de Cachoeira de Santa Leopoldina:

Prêmio Getúlio Vargas - 400\$000 - Erwin Kerckhoff -
Prêmio Punare Bley - 300\$000 - Antônio Sarmento -
Prêmio Macedo Seares - 150\$000 - Henrique Watt -
Prêmio Carneiro Felipe - 150\$000 - Ilton Nascimento -

Município de Cariacica:

Prêmio Getúlio Vargas - 200\$000 - Aurse Menteire de Meraiz -
Prêmio Punare Bley - 200\$000 - Orlando José dos Santos -
Prêmio Macedo Seares - 180\$000 - Manoel da Silva Falcão -
Prêmio Carneiro Felipe - 150\$000 - José Frederico Thomas -

Município de Gelatina:

Prêmio Getúlio Vargas - 1:000\$000 - Brunério Serafini -
Prêmio Punare Bley - 500\$000 - Thiago Bezerra Leite -
Prêmio Macedo Seares - 250\$000 - Aparício Rogério Siqueira -

Município de Conceição da Barra:

Prêmio Getúlio Vargas - 200\$000 - Antenor Cabral Sebrinhe -
Prêmio Punare Bley - 100\$000 - Antônio Romão de Nascimento -
Prêmio Macedo Seares - 100\$000 - José Casemiro dos Santos -

Prêmio Carneiro Felipe - 100\$000 - Dulcine Ferreira da
Fonseca -

Município de Dominges Martins:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - Túlio Araripe Melo -
Prêmio Punaro Bley - 200\$000 - João Antônio Krehling -
Prêmio Macedo Soares - 100\$000 - Antônio Alves -

Município de Espírito Santo:

Prêmio Getúlio Vargas - 350\$000 - Antônio de Almeida Filho -
Prêmio Punaro Bley - 350\$000 - Adson Gomes Bispo -

Município de Fundão:

Prêmio Getúlio Vargas - 100\$000 - João Barbosa da Silva -
Prêmio Punaro Bley - 100\$000 - Antônio Agostini -
Prêmio Macedo Soares - 50\$000 - Epaminondas Nascimento

Nunes -

Prêmio Carneiro Felipe - 50\$000 - Theodemiro Nunes da Penha -

Município de Guarapará:

Prêmio Getúlio Vargas - 200\$000 - Ismael de Almeida -
Prêmio Punaro Bley - 200\$000 - José Capistrano de Abreu -
Prêmio Macedo Soares - 100\$000 - José Mates Fernandes -
Prêmio Carneiro Felipe - 100\$000 - Hélio de Almeida -

Município de Itaguassú:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - José Maria Lyra -
Prêmio Punaro Bley - 200\$000 - Antônio Bicalho de Souza -

Município de Páu Gigante:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - Lincoln Calmen -
Prêmio Punaro Bley - 200\$000 - Cezar Seneghet -
Prêmio Macedo Soares - 100\$000 - Primo João Seccemandi -

Município de Santa Cruz:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - Francisca Barbeza -

Prêmio Punare Bley - 200\$000 - Arnaud Ribeiro -

Município de Santa Teresa:

Prêmio Getúlio Vargas - 600\$000 - Belmiro Perini -

Prêmio Punare Bley - 400\$000 - Afonso dos Santos Madeira -

Prêmio Macedo Soares - 250\$000 - Nester Braz Pereira -

Prêmio Carneiro Felipe - 250\$000 - Orlando Certeletti -

Município de São Matheus:

Prêmio Getúlio Vargas - 500\$000 - Gerinto Cardoso -

Prêmio Punare Bley - 250\$000 - José Aguiar -

Prêmio Macedo Soares - 150\$000 - Meacyr Flores Pinheiro

Neves -

Prêmio Carneiro Felipe - 100\$000 Odilon Faria Santos -

Município de Serra:

Prêmio Getúlio Vargas - 300\$000 - João Vieira Xavier -

Prêmio Punare Bley - 200\$000 - Romário Fraga Rames -

Município de Viana:

Prêmio Getúlio Vargas - 200\$000 - José Carvalho -

PESSOAL DO SERVIÇO INTERNO:-

A Delegacia Seccional da 1a. Região foi servida por dois secretários, tendo ambos prestado relevantes serviços. Durante a primeira fase, de Fevereiro a Dezembro, exerceu essa função o Sr. Tule Hostile Montenegro, com vivacidade, interesse e alto espírito de disciplina. Foi incontestavelmente um auxiliar precioso na montagem da máquina censitária, que procurou sempre completar com êxito meu pensamento. Encaminhado por V. Exa. para servir no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Estatística, em comissão no Estado da Bahia, deixou o cargo para o qual eu o fiz buscar a 31 de Dezembro do ano extinto. Para substituí-lo, a partir de janeiro deste ano, convidei o Sr. Antônio Bernardes da Silveira, que acabava de deixar as funções de Inspetor da 1.ª Região, por haver se extinguido a comissão precisamente na mesma época em que se afastava o Sr. Tule Hostile Montenegro. O Sr. Antônio Bernardes da Silveira havia tido desempenho plenamente satisfatório às delicadas atribuições de Inspetor e não desmentiu, nas de secretário, esse conceito. Ao contrário. Exatamente nessa segunda fase é que se ia exigir do pessoal maior soma de esforços, como de fato aconteceu.

De Setembro a Dezembro tivemos expedientes noturnos, quando as circunstâncias o exigiam. Mas o expediente ordinário se manteve dentro dos seus horários normais. A partir de Janeiro porém, os horários foram desde logo alterados, passando ambas as delegacias - A Regional como a Seccional da 1.ª Região - a funcionarem das 7 às 17 horas, com um intervalo apenas de hora e meia para almoço. É preciso acrescentar que, a esse expediente exaustivo, vinham ajuntar-se serões quase quotidianos. Sobre os ombros do substituto do Sr. Tule Hostile Montenegro é que vinha recair essa pesada herança, acompanhada da tarefa desesperada que a revisão dos censos exigia, tarefa verdadeiramente mortificante, porque outra designação não a define convenientemente. O Sr. Antônio Bernardes da Silveira portou-se com estoicismo e à altura das exigências do serviço. Tanto quanto o seu antecessor, foi um auxiliar igualmente precioso, a quem deixo aqui consignado meu profundo reconhecimento. Os demais auxiliares conduziram-se de acordo com as exigências do serviço, dentro de um alto padrão de eficiência e cooperação.

CONCLUSÃO

As encerrar este Relatório, colheita rápida dos fatos principais ocorridos no transcurso de tempo em que exercí as funções para as quais fui buscar-me V. Exa, não posso também deixar de fazer um reparo que, não sendo dirigido a V. Exa. nem representando uma queixa, contudo deve ser apontado para que se não reproduza no futuro.

Acredite que todos os delegados seccionais do Brasil, como eu não tiveram oportunidade para 24 horas de descanso. E, ao cabo de 18 meses, um relatório desta responsabilidade é feito de uma assentada, para vir a ser acabado fôra de cargo, sem a menor consideração pelo esforço dispendido e pelas energias consumidas. Um serviço da magnitude do que foi empreendido e realizado, devia comportar um modesto prêmio: 60 a 90 dias de prazo, com vencimentos integrais, para a elaboração dos relatórios, permitindo assim tal dilação pesquisas mais demoradas e uma justa satisfação pelo dever cumprido.

Deixe aqui consignado meu profundo agradecimento ao Sr. Interventor Federal, a cuja elevação deve sem dúvida o haver-me conduzido satisfatoriamente na função, pois, não fôra esse alto espírito de compreensão da coisa pública, de que dá exemplo o primeiro magistrado, eu não teria pedido receber, como recebi, tão assinalada cooperação de todas as Prefeituras da 1a. Região, das quais obtive, sem exceção, constantes e ininterruptas demonstrações de apreço, testemunhadas por V. Exa.

Dentre das possibilidades orçamentárias, todos os municípios da 1a. Região trouxeram sua ajuda e contribuição à campanha censitária. Ao invés de ressaibos, de queixas e malquerenças, eu leve desse convívio uma grande saudade e

a convicção de que no Brasil muito se poderá fazer com esse mesmo material humano que possuímos, sob a inspiração superior de bem geral dos cidadãos e da Pátria. Per isso mesmo, as sugestões consignadas neste Relatório, não constituem uma quimera. Acumular-se-lá maior soma de responsabilidade às que detêm as mandatárias de poder público nos municípios, mas os resultados merais e materiais seriam, per certo, compensadores.

Peço a V. Exa. consignar igualmente, em nome da Delegacia Seccional da 1a. Região, um elogio especial aos delegados requisitados para o serviço de revisão Srs. Antero Faria Cunha, Jorge Saad, Edras Piquet Mesquita, Ther Andrade, Arabele Prates Peixoto e Vicente de Oliveira e Silva, pelo Zêlo, assiduidade, disciplina e devotamento funcional, naquelas atribuições.

Nesse remate de funções, seja-me mais uma vez permitido agradecer a V. Exa. a confiança que em mim depositou para o elevado cargo com que me honrou, envolvendo-me na mesma órbita de responsabilidades que lhe coube, às quais estive sempre vinculado no mesmo espírito de sacrifício, de lealdade, de dedicação e de irrestrita solidariedade. Supunho que, podendo fazer esta afirmativa, sem dubiedades, no término da jornada, deve levar a consciência tranquila de haver retribuído com honra àquela inequívoca demonstração, da qual me ficará constante e sincero reconhecimento.

Vitória, 8 de Setembro de 1941

João da Silva
DELEGADO SECCIONAL DA 1a. REGIÃO.-